



Ministério da Educação
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB
Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD
Coordenadoria de Ensino e Integração Acadêmica
Núcleo Didático-Pedagógico

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Projeto de Formação Inicial de Professores

Comissão de Elaboração:

Prof. Neilton da Silva (Presidente)
Profa Débora Alves Feitosa
Profo. Irenilson de Jesus Barbosa
Profa. Tatiana Polliana Pinto de Lima

Agosto de 2010

APRESENTAÇÃO

Formulário
Nº 01

O presente documento apresenta o Projeto do Curso de Licenciatura em Pedagogia, a ser oferecido pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). **A natureza e caráter especial do Curso de Licenciatura em Pedagogia** proposto está relacionada a três aspectos que o distinguem:

1. PARCERIA UFRB/PARFOR - Será um curso oferecido pela UFRB em adesão ao Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR) por meio de parceria firmada com o MEC/CAPES para atendimento de demandas específicas atuais de municípios da Região do Recôncavo da Bahia e Vale do Jiquiriçá com prazo determinado;
2. PÚBLICO-ALVO E LOCAL - Será oferecido apenas no turno noturno na cidade de Cruz das Almas para 300 professores em exercício (100 em 2010 e 200 em 2011) que ainda não possuam a formação pedagógica necessária em atuação nos municípios atendidos, conforme demandas regionais verificadas e metas estabelecidas pelo MEC em seu programa de formação de professores para a educação básica.
3. NATUREZA DA GESTÃO E FINANCIAMENTO - Será um curso de natureza modular, com tempo de integralização (seis semestres), carga horária, coordenação e financiamento específicos da docência vinculados ao PARFOR (CAPES/MEC), além da possibilidade de quadro docente distintos do Curso de Licenciatura em Pedagogia já oferecido pela UFRB, no Centro de Formação de Professores em Amargosa, sem prejuízo de sua continuidade.

Assim, o presente Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia realça mais uma iniciativa da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), criada pela Lei 11.151 de 29 de julho de 2005, a partir do desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, em franca consolidação, que possui sede e foro na Cidade de Cruz das Almas (BA) para dar conta das demandas educacionais das populações do Recôncavo da Bahia e Vale do Jiquiriçá.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), entre as dificuldades encontradas para a melhoria da qualidade da educação no Brasil está a falta da formação, considerada necessária pelo MEC, dos

professores brasileiros.

Destaca ainda que quanto mais o Brasil consolida as instituições políticas democráticas, fortalece os direitos da cidadania e participa da economia globalizada, mais se amplia o reconhecimento da importância da educação para a superação das desigualdades sociais. Desta forma, ensinar não é mais a única exigência posta para o profissional da área de educação. Cabe a ele, além disto, a produção, construção e socialização de conhecimentos. Essas habilidades é que vão permitir sua inserção no complexo cenário do mundo contemporâneo. Por isto esse profissional possui a função de participar, como docente, pesquisador e gestor no processo de formação de crianças, jovens, adultos e idosos.

Conclui-se então que o objeto de estudo e norteador de sua prática é o processo educativo, ou melhor, a educação como acontecimento dinâmico e cotidiano nos diversos espaços da prática social, cabendo à ação docente conferir significado e organicidade ao trabalho pedagógico. A docência, quando se trata da formação do pedagogo, precisa necessariamente ser a base de formação, no sentido mesmo de ser o elemento que forma o lastro epistemológico do currículo e não ser unicamente a ação possibilitadora de uma formação direcionada para um nível específico de magistério.

A presente proposta tem como preocupação inicial atender demandas de formação inserida na Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, instituída pelo Decreto 6.755/2009 de 29 de janeiro/09 e pela Portaria Normativa nº 9 de 30/06/2009, que tem como objetivo suprir o déficit de formação dos professores da educação básica.

Nas últimas décadas as políticas de educação têm procurado alterar o cenário da educação nacional com vistas a universalizar o ensino fundamental, melhorar os índices de aproveitamento e qualidade da aprendizagem, garantindo o acesso à escola, democratizando as práticas da gestão escolar, criando mecanismos de financiamento que possam minimamente garantir o cumprimento dos preceitos da política pública no território nacional. Aspecto fundamental para a sustentabilidade e desenvolvimento de tais preceitos, diz respeito à atuação do principal ator desse processo: o professor. Para que este tenha condição de cumprir satisfatoriamente sua função é indispensável oferecer a esse profissional, instrumentos que torne sua ação eficaz, dentre estas está a formação que o ajudará a refletir e agir sobre a sua prática, proporcionando-lhe afirmação social e qualificação profissional para protagonizar sua ação docente.

Vivemos uma crise do pensamento sobre a escola, por esta encontrar-se estabilizada

institucionalmente, assentada em uma fórmula que não se altera, contra uma realidade social diversa e complexa que exige do professor múltiplas competências para responder questões, que a sociedade insiste em delegar à escola a responsabilidade de resolvê-los solitariamente. Mediante tal contexto precisamos pensar na formação de um professor apto a atuar enquanto protagonista do processo de reformulação ou ruptura com esse modelo estabilizado e estagnado da escola atualmente.

Diante deste contexto, a educação tem sido hoje uma das prioridades do governo federal. O Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR) juntamente com os Planos de Ações Articuladas (PAR) dos municípios têm desenvolvido ações e metodologias visando assegurar a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para todos os professores que atuam na educação básica. Assim, a partir de 2007, com a adesão ao PDE, os Estados e municípios elaboraram seus PAR a partir de suas prioridades e necessidades.

Como uma das articuladoras no oferecimento de cursos visando suprir essas carências tem-se a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Esta apresenta estrutura multicampi e oferece atualmente 34 cursos de graduação nos diversos centros acadêmicos localizados em importantes cidades da região, como o Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) e o Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC) em Cruz das Almas; o Centro de Formação de Professores (CFP) em Amargosa; o Centro de Artes, Humanidades e Letras, em Cachoeira (CAHL) e o Centro de Ciências da Saúde (CCS) em Santo Antônio de Jesus. A UFRB possui como uma de suas metas a formação de profissionais que atendam às necessidades da sociedade.

Neste sentido, uma das formas de cumprir com esta finalidade é o oferecimento de uma formação profissional de qualidade no âmbito educacional. Levando em consideração a realidade da região do Recôncavo, quanto à insuficiência de professores habilitados para atuarem nas mais diversas áreas de conhecimento, a UFRB oferecerá o curso regular de licenciatura em Pedagogia para professores da rede pública municipal e estadual sem formação adequada segundo a Lei N° 9.394 de 20 de dezembro de 1996. O curso está integrado ao CFP da UFRB e terá seu projeto pedagógico elaborado segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em nível superior, bem como das Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia.

O papel deste profissional é contribuir para a construção do conhecimento científico dos alunos, sempre vinculando esse conhecimento a questões da realidade local, através da interação direta com a

comunidade. Neste sentido, inserido no Novo Programa de Formação Inicial de Professores instituído pelo Decreto nº 11.455 de 05 de março de 2009, o curso tem como proposta possibilitar ao professor não só uma boa formação pedagógica visando a atuação deste na educação básica, mas também, conhecimentos que o possibilite colocar-se de forma criativa e crítica diante de demandas e desafios da sociedade contemporânea. Por isto, é que teremos componentes voltados para os temas como: sexualidade, meio ambiente, gênero, história dos afro-descendentes e índio-descendentes, psicopedagogia, gestão.

Docentes formados nesse contexto poderão exercer plenamente sua cidadania, e a escola contribuirá concretamente para formar cidadãos conscientes, críticos, com responsabilidade econômica, social e política. Diante disto, o curso de Pedagogia pretende se desenvolver com uma organização curricular baseada em dimensões e perspectivas, articuladas pela Práxis Pedagógica.

Neste sentido, o presente documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia proposto pela UFRB e tem por finalidade orientar as práticas pedagógicas, as atividades de pesquisa e os trabalhos de extensão do curso. Nele estão registrados os dados principais de sua concepção, a sistemática de condução da matriz curricular, as prioridades do curso e estratégias de ação para executá-las.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO**Formulário
Nº 02****CURSO:** Licenciatura em Pedagogia**HABILITAÇÃO/MODALIDADE:** Licenciatura/ Presencial**VAGAS OFERECIDAS:** 300 (100 em 2010 e 200 em 2011)**TURNO DE FUNCIONAMENTO:** Noturno**DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA POR COMPONENTES CURRICULARES:***Disciplinas:**Obrigatórias:* **2516 h***Estágio:* **300h***Atividades Complementares:* **100h***Carga Horária Total do Curso:* **2916 h****TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO:***Tempo Mínimo:* 6 semestres**FORMA DE INGRESSO:** Processo Seletivo**REGIME DE MATRÍCULA:** Modular**PORTARIA DE CRIAÇÃO:** (data de publicação no D.O.U.)

JUSTIFICATIVA	Formulário Nº 03
Guardadas as suas especificidades, cujos aspectos principais já foram enunciados na apresentação e se acham mencionados ou detalhados na tessitura de todo o documento, esta proposta e sua execução se coadunam com o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia oferecido pelo CFP em sua sede em Amargosa, construído coletivamente e como resultado de ampla consulta à comunidade acadêmica, razão pela qual alguns de seus pressupostos e diretrizes são também contemplados neste texto. Esta justificativa e o conjunto de diretrizes que o compõem se inserem na perspectiva da missão assumida pela instituição de exercer, de forma integrada e com qualidade, as atividades de ensino, pesquisa e extensão, buscando promover o desenvolvimento das ciências, letras, artes e a formação de cidadãos com visão técnica, científica e humanística, propiciando valorizar as referências das culturas locais e dos aspectos específicos e essenciais do ambiente físico e antrópico. A estrutura <i>multicampi</i> da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia confere ao Centro de Formação de Professores (CFP) localizado na cidade de Amargosa, Vale do Jiquiriçá, a responsabilidade pela formação dos profissionais especializados nos processos de pesquisa, planejamento e gestão da educação para atender demandas regionais e estaduais visando o estabelecimento de uma educação de qualidade para todos. Sempre ciente de suas responsabilidades e desafios institucionais e socioeducacionais o CFP foi convocado e decidiu atender ao chamado da reitoria da UFRB e da sociedade civil para o oferecimento deste Curso de Pedagogia aos seus professores em exercício na Educação Básica. A proposta tem sua origem tanto na verificação da demanda quanto na adesão da UFRB ao Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica por meio de parceria firmada com o MEC/CAPES (PARFOR) utilizando a estrutura da universidade e seus centros de ensino, em franca expansão e consolidação em todo o Recôncavo da Bahia e Vale do Jiquiriçá associada à estrutura montada para cursos presenciais e semi-presenciais da Universidade Aberta do Brasil.	

O objetivo básico deste Plano e seus programas é fornecer a formação adequada exigida pela Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), aos profissionais da Educação Básica, ao mesmo tempo em que capacita e aperfeiçoa o professor em exercício. Por sua vez, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), antes responsável somente por cursos de pós-graduação, passou também a assumir a responsabilidade pela formação do magistério em parceria com as universidades.

Importante ressaltar que esta tônica não acontece somente no Brasil mas segue uma tendência global. Olgaíses Maués coloca:

Desse modo a formação de professores tem sido uma tônica em todos os países, como uma maneira de evidenciar a importância do desempenho educacional para o crescimento econômico, o que em tese depende da atuação dos profissionais da educação. A “universitarização” seria uma forma de qualificar melhor essa formação e encaminhá-la para a profissionalização; representaria um aprofundamento dos conhecimentos e um maior domínio no exercício da função. A “universitarização” representa um movimento de absorção das instituições de formação de professores pelas estruturas habituais das universidades, departamentos, faculdades ou outros. (2003, p. 97)

Ora, o atual Plano Nacional de Educação, coloca que estatisticamente falando, há muita demanda por formação inicial de professores em exercício. O PNE coloca que aproximadamente 159.883 professores que atuam nas quatro últimas séries do ensino fundamental carecem de formação em nível superior, ou seja, a licenciatura plena. Já no tocante ao ensino médio estes números correspondem aproximadamente a 44.486 professores. Estes cursos instituídos seriam ainda implementados, segundo o PNE, com a colaboração da União, dos Estados e Municípios, visando assegurar a qualificação mínima exigida pela LDB.

No Estado da Bahia a situação é ainda mais grave que em outras regiões. A Bahia, que atualmente conta com o quadro de mais de 40.000 professores da rede estadual e aproximadamente 100.000 das redes municipais, ainda apresenta um quantitativo significativo de mais de 50.000 professores sem formação inicial, em nível de licenciatura de graduação plena, atuando no magistério da educação básica, mesmo após 12 anos de implementação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – lei 9.394/96. A situação se agrava com a identificação de professores que atuam nas redes sem formação adequada, como bacharéis e tecnólogos, ou mesmo em desvio de função (lecionando em áreas diferentes da sua formação).

Um outro incentivo para o surgimento destes cursos dá-se em virtude do questionamento quanto a atuação profissional dos professores. “No *site* do MEC em 2000, a Secretaria de Ensino Superior (...) associava o fraco desempenho na aprendizagem dos alunos à formação insuficiente de seu quadro docente...” (DIAS, LOPES, 2003, p. 1118) Estes professores deveriam estar melhor preparados para entender a educação contemporânea trazida tanto pelos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil como pelos Parâmetros Curriculares Nacionais seja do ensino fundamental ou do médio.

Ainda de acordo com o MEC, os dados oficiais indicam que a educação no Brasil tem melhorado, mas o ritmo ainda não é o desejado. E para que este processo se acelere o professor bem qualificado teria um papel preponderante.

Os números do Ideb, divulgados hoje [01 de julho de 2010] pelo Ministério da Educação, mostram que o índice no ano passado foi de 4,6 para os anos iniciais do ensino fundamental, meta prevista para 2011. Em 2007, o Ideb foi de 4,2, que era a meta de 2009. Em 2005, quando foi criado, a média nacional foi de 3,8 pontos (em uma escala de 0 a 10) para os primeiros anos do ensino fundamental. O Plano de Desenvolvimento da Educação estabelece a meta de que o Brasil atinja a nota 6 no Ideb até 2022 - média que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável à dos países desenvolvidos. Para Haddad, apesar de estar longe de suas metas, o país está no caminho certo. (CRAIDE, 2010)

Com este intuito, objetivava-se incentivar a criação de cursos especiais de licenciatura plena feita em três anos, que facilitasse o acesso dos docentes em exercício, bem como que estes cursos fossem instituídos igualmente no interior dos Estados, visando atender as demandas locais e regionais para que ao fim dos dez anos, todos os professores possuam formação específica de nível superior.

Neste contexto, o PARFOR consolida a Política Nacional de Formação de Professores, instituída pelo Decreto 6755/2009, que prevê um regime de colaboração entre União, estados e municípios, para a elaboração de um plano estratégico de formação inicial para os professores que atuam nas escolas públicas. Esta ação faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em vigor desde abril de 2007 e é resultado da ação conjunta do Ministério da Educação, MEC, contando com a participação de instituições públicas de Educação Superior, além das secretarias de Educação dos Estados e Municípios. O foco principal é atender às necessidades dos sistemas de ensino advindas da má-formação ou mesmo de uma formação precária dos profissionais da educação, atuando sob condições de quase heroísmo, visando a superação dos malefícios e seus efeitos para a oferta de uma Educação Básica de qualidade.

O presente Curso de Pedagogia, a ser oferecido inicialmente em Cruz das Almas, aproximará o CFP de um representativo número de professores que não dispõem de condições favoráveis de deslocamentos para a cidade de Amargosa para cursarem de forma presencial o curso ali oferecido, principalmente pelo fato de já estarem atuando na rede municipal dos mais diversos municípios da região. A formação planejada em seis módulos de componentes curriculares semestrais possibilitará a conclusão do curso em até três anos letivos e beneficiará tanto aos professores sem licenciatura que carecem de uma formação inicial em nível superior para o exercício da docência, mas estão atuando na escola, quanto àqueles que farão uma segunda licenciatura, dando-lhes uma formação específica para dar conta das especificidades das demandas de gestão e supervisão em perspectivas teórico-práticas dos processos de ensino-aprendizagem nas séries iniciais, pois são profissionais que ministram aulas em áreas diferentes da sua formação.

Destaque-se que ambos os segmentos já possuem experiência nas séries iniciais ou ensino fundamental e que estão em serviço. Olhando por esse prisma, o Centro de Formação de Professores vem se constituindo priorizando o fortalecimento dos cursos de licenciaturas reconhecendo assim a relevância da educação no contexto do qual a universidade faz parte.

Assim, a proposição do Curso de Licenciatura em Pedagogia nesta modalidade presencial, para os docentes em exercício na Região do Recôncavo traz à luz o desafio de dialogar sobre a identidade e a formação do pedagogo, bem como o compromisso sócio-político-cultural da UFRB em todo o Recôncavo da Bahia e Vale do Jiquiriçá. Neste sentido, renovamos a busca pela construção/reconstrução do imaginário dos sujeitos acerca da educação e do papel do educador.

Num período em que muito se discute sobre a profissionalização docente, esta também emerge dos debates como uma categoria fundamental para se pensar processos de transformação no que tange ao papel da educação, admitida a crescente diversificação dos espaços de atuação pedagógica. A profissionalização docente traz consigo uma necessidade profunda de revisão tanto dos modelos formativos quanto das políticas de aperfeiçoamento e fortalecimento desta profissão. Superando a visão de docência enquanto “dom” ou “missão”, com uma conotação messiânica que precariza e mitifica o trabalho do professor ao tempo em que favorece o sucateamento das estruturas escolares, reiteramos e assumimos a concepção de que o professor é um profissional reconhecido como

produtor de sua própria identidade profissional e que como tal deve ser respeitado e valorizado.

Assim pretende-se favorecer a construção de caminhos e identidades profissionais respeitando-se a diversidade dos espaços de atuação pedagógica em ambientes formais e não formais, não-escolares e escolares, mas com indubitável ênfase na práxis educativa voltada para a atividade docente nas unidades escolares de educação básica, por conta do atendimento de uma demanda específica. Nada obstante, busca-se uma formação docente em perspectiva que absorva as novas tecnologias da informação e da comunicação, para além de uma visão apenas utilitarista, mas crítica e emancipada, ultrapassando exigências mercadológicas, evitando-se as fraturas e fragmentações curriculares e visando a construção de conhecimentos que reconheçam, reflitam e façam sentido no tensionamento de realidades históricas.

Diante do desafio de produzir conhecimento para todos, instituindo e disseminando práticas e saberes docentes, buscaremos pensar, construir e re-significar o papel do educador para atuação em ambientes escolares e não-escolares, na região contemplada e onde chegarem os egressos, exaurindo às resistências do analfabetismo, da precarização, da exploração da ignorância e das mazelas sociais daí advindas, mormente no interior do estado da Bahia que sofre com um grande déficit de ensino em todos os níveis, mas cujo grito da educação básica se faz ouvir com ainda maior eloquência, revelando questões educacionais e de formação profissional ávidas por respostas elucidativas dos governantes, sociedade, instituições de ensino e profissionais da educação.

BASE LEGAL**Formulário
Nº 04**

O Ministério da Educação (MEC) regulamenta os cursos superiores no país via um conjunto de pareceres, parâmetros e diretrizes, para que os mesmos atendam aos objetivos da União no que se refere ao então papel da universidade e seus cursos para com a sociedade brasileira.

O presente documento foi construído com base nas resoluções e nos pareceres abaixo:

→ RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.

→ PARECER CNE/CP Nº 5/2005 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia

→ RESOLUÇÃO CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002 - Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

→ RESOLUÇÃO CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

→ PARECER CNE/CP 28/2001 - Estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

→ PARECER CNE/CP 9/2001 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena.

→ Parâmetros Curriculares Nacionais – Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental: dirigidos aos educadores que têm como objetivo aprofundar a prática pedagógica nas mais diversas áreas de conhecimento (Temas Transversais, Ciências, Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia) na escola fundamental, contribuindo para o planejamento de seu trabalho e para o projeto pedagógico da sua equipe escolar e do sistema de ensino do qual faz parte

→ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

→ Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura de abril de 2010 - compõem um conjunto de descritivos que apontam: o perfil do egresso, os temas abordados na formação, os ambientes em que o profissional poderá atuar e a infraestrutura mínima recomendada para a oferta.

OBJETIVOS

**Formulário
Nº 05**

O Curso de Licenciatura em Pedagogia a ser ofertado através da Plataforma Paulo Freire admite propósitos de caráter geral e específicos, focados na formação diferenciada, legítima e apoiada nos pilares da ciência, sem deixar de dialogar com as dimensões mais amplas da/para a construção identitária, cidadã e na produção de saberes que se efetivam na ação docente.

Geral

Oferecer uma formação geral sólida nas diversas áreas de conhecimento que colaboram para a compreensão do fenômeno educativo na atualidade, nas dimensões políticas, social, cultural, ambiental, tecnológica e humana, além do aprofundamento dos conhecimentos sobre as especificidades da ação pedagógica que seja capaz de potencializar o professor a refletir sobre sua experiência no cotidiano escolar, teorizando sua ação, superando a dicotomia teoria-prática.

Específicos

- I - Aprofundar o conhecimento científico e didático para ampliação e enriquecimento da ação docente de forma crítica, sustentada e eficaz;
- II - Relacionar a teoria educacional com a ação docente concreta nas vertentes curricular e didática valorizando a dimensão reflexiva sobre as situações do cotidiano escolar e sua compreensão à luz de novos conhecimentos;
- III - Reconhecer a escola enquanto lugar de produção de conhecimento, avaliação do fazer docente e formação permanente deste profissional;
- IV - Potencializar o professor para planejar, desenvolver e gerir sua prática docente de forma reflexiva, crítica e flexível para atender a diversidade do espaço escolar e do seu entorno;
- V - Desenvolver uma formação na e para a prática docente, tendo como ponto de referencia a experiência do professor, com vistas a aperfeiçoar sua prática, incrementando novos conhecimentos, revendo e problematizando os saberes em

exercício, onde o ensino e seus métodos são objetos de reflexão da pesquisa, estabelecendo desta forma uma relação íntima entre estas dimensões da ação docente.

É notória a crise pela qual passa a escola tanto nas sociedades em desenvolvimento, caso do Brasil, quanto nas sociedades desenvolvidas econômica e socialmente, responsáveis pelo modelo de escola pública que temos hoje. As rápidas e sucessivas mudanças que transformaram a sociedade e as formas de produzir e distribuir conhecimento, entre outros aspectos, exige mudanças também na escola e na atuação/identidade de um de seus principais atores, o professor. O conhecimento é hoje um dos principais valores da sociedade atual, e o professor é fundamental para o bom desempenho das possibilidades de aprendizagem dos alunos, para isso, “necessitamos de boas políticas para que a formação desses professores lhes assegure as competências que vão precisar durante sua longa, flexível e variada trajetória profissional” (MARCELO, 2009, p. 111).

Existe hoje uma espécie de hiper-responsabilização do docente por todas as mazelas que marcam a escola, sua identidade profissional tem sido aviltada, insultada, como se as condições de acesso dos alunos e as condições em que desenvolve sua atividade profissional não estivessem limitadas por diretrizes, normas, relações de poder tanto nos aparelhos que controlam a escola e nas instâncias extra-escolares quanto na sociedade, e que esses aspectos interferem na ação docente. Pouco se reconhece as ações de sucesso que também atravessam o espaço escolar, desenvolvidas por professores imbuídos do seu papel social, ainda que desprovidos de condições apropriadas para desempenhá-lo a contento. As condições de trabalho e o pouco reconhecimento pela sociedade representam motivos para o abandono da profissão docente em busca de outra ocupação que proporcione mais satisfação, assim como tem desmotivado aqueles que continuam em sala de aula, pois a forma como nos vemos, nos percebemos, como queremos ser vistos e como somos de fato vistos é fundamental para o investimento em nossa prática.

A identidade profissional é importante para nos definirmos, nos diferenciarmos de outras profissões. Por isso mesmo é importante proporcionarmos ao professor conhecimento profundo sobre o seu campo de atuação no aspecto específico dos conteúdos e dos procedimentos didáticos que orientarão sua prática. É importante ter conhecimentos sobre o estatuto social e político da profissão docente, assim como ter conhecimento e condições para problematizar, interrogar o contexto onde ensina, os sujeitos a quem ensina, e conhecimento de si, enquanto sujeito e enquanto profissional da educação. Quais são seus limites e suas possibilidades de avançar e romper com o modelo pouco eficaz e também responsável pelas mazelas da educação estabelecido atualmente pela

sociedade.

Ter conhecimento científico e didático do conteúdo diz respeito à forma de organizar os conteúdos, saber lidar com os problemas e dificuldades de aprendizagem que surgem no processo, planejar levando em conta a diversidade de interesses e habilidades dos alunos. Segundo Shulman (1992, apud. MARCELO, 2009) é necessário que os professores estabeleçam relações entre o significado do conteúdo curricular e a construção desse significado feita pelos alunos. Para que isso ocorra, o professor precisa ter um conhecimento substancial, flexível e aberto sobre o conteúdo. Compreender as variações metodológicas de ensino que possa ajudá-lo com os alunos que tenham dificuldades no processo de aprendizagem

Dos anos de 1980 até os dias atuais a Pedagogia tem percorrido longos caminhos, em cujo percurso se assinala uma enormidade de desafios e lutas, mas também evidencia um universo de oportunidades que são próprias à área de educação e suas confluências, quais sejam: ético-filosóficas, político-sociais, pedagógica, científica, tecnológica e formação continuada.

Ainda que não exista uma compreensão unívoca acerca da Pedagogia, haja vista ser comum muitos considerá-la como a ciência da educação; enquanto que outros a têm como uma prática social e política da formação humana. Assim, entre muitos deslocamentos discursivos é factível a presença do contexto pedagógico como expressão tocante a finalidade da ação educativa, onde estão explícitos “objetivos sociopolíticos a partir dos quais se estabelecem formas organizativas e metodológicas da ação educativa” (LIBÂNEO, 2002, p. 30).

A Pedagogia incorpora em si uma necessária relação entre a teoria e a prática da educação, que sintetizam, sem simplificarmos o campo de atuação profissional, o caráter explicativo, praxiológico e normativo do contexto social e seus conflitos; perpassado na/pela história. Em face desses aspectos que, desde a sua origem a Pedagogia se cria e se (re)inventa com o propósito da transformação da realidade e, por consequência, a emancipação humana. Por assim dizer, a dimensão da prática social que configura a existência humana em distintos planos, seja de forma individual, seja de modo grupal; também revela relações de antagonismos que se explicam nas relações de exploração e de poder emanadas na sociedade.

Pela vastidão do campo de atuação da Pedagogia, e que se amplia dia após dia, os processos formativos se forjam “na família, no trabalho, na fábrica, nos meios de comunicação, na política” (LIBÂNEO, 2002, p. 21). Nesse sentido, torna-se oportuno distinguir as manifestações e modalidades educativas, a fim de melhor compreendermos as especificidades dos processos que se efetivam nos diferentes, via educação formal, não-formal e informal.

De acordo com Libâneo (2002) e Gonh (2006) a educação formal é predominantemente escolar, é organizada em séries e faixa etária, com conteúdos fixados, objetivos gerais e específicos relacionados ao nível de escolaridade e/ou estágio de desenvolvimento do educando, acontece emoldurada nas unidades escolares dos mais diversos campos do país e em tese deveria permear o currículo enquanto tema transversal. A educação informal é aquela derivada dos processos de socialização e suas particularidades (valores, sentimentos, culturas etc); acontece nos ambientes em que a família e amigos têm a possibilidade de inculcar valores éticos. Já a educação não-formal, entendemo-la como um processo não seriado, que pode acontecer em qualquer espaço, no qual exista uma relação sinérgica entre aquele que ensina e os que aprendem (GONH, 2006). Cabe ressaltar, porém, que este tipo de educação possui intencionalidade e pressupõe a participação dos envolvidos no processo, objetivando a transformação do meio em que vive.

Mesmo se tratando de modalidades diferentes, elas se interpenetram e muitas vezes se confundem. Assim, a Pedagogia precisa ser compreendida como uma prática enraizada no contexto mais amplo da sociedade e, portanto, os agentes, instituições e práticas educativas devem ser compreendidas no bojo dos novos arranjos contemporâneos que se articulam com a educação.

Destarte, compreendida a Pedagogia, faz-se louvável o entendimento de quem é o pedagogo. Ele atua nos vários contextos da prática educativa, organizando, desenvolvendo processos educativos intencionais e contribuindo para a construção de saberes dos indivíduos, a mudança de comportamento e de atitudes, com base no que se preconiza na formação humana em termos de objetivos, apoiados na contextualização e na história que é o devir humano, cujas ações dão sentido ao ato de educar.

Pelos argumentos expostos, e considerando a pluralidade de ambientes da atuação do pedagogo, espera-se que o professor cursista, pedagogo egressos do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica na Universidade do Recôncavo da Bahia esteja preparado para

- desenvolver ações educativas e técnico-pedagógicas em ambientes escolares e não-escolares de aprendizagem;
- planejar ações didáticas ligadas aos diversos contextos da educação básica, especialmente no contexto da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental;
- organizar e avaliar a adequação de materiais didáticos concernentes à educação básica;
- contribuir para o desenvolvimento biológico, afetivo, cognitivo, social e político junto aos

sujeitos em processo de escolarização;

- dominar os conhecimentos relativos aos fundamentos da educação, com o propósito de promoção da práxis pedagógica;
- realizar ações de educação no contexto da educação de jovens, adultos e idosos, com vistas ao processo de aprendizagem e cidadania deste público alvo;
- desenvolver atividades de gestão e planejamento estratégico e de pessoal em instituições escolares e não escolares;
- realizar e implementar projetos sociais e educacionais, e aplicá-los junto à comunidade;

Deste modo, esperamos que o professor egresso deste processo de formação, sinta-se inserido na comunidade docente, cômico de seu papel e sua identidade profissional, conectado com a realidade social e política mais ampla e com a realidade dos seus alunos, do contexto onde atua, estabelecendo relações entre esses contextos. Que esse professor tenha conhecimento científico e pedagógico suficiente para construir e acompanhar processos de aprendizagens relevantes e adequados para responder às necessidades e interesses dos alunos como cidadãos com direito de aprender. Devemos levar em conta o trabalho global do professor considerando que a escola é o *lôcus* onde cotidianamente se constrói a identidade e a prática docente, e que a formação deste deve estar direcionada para oferecer-lhe condições de assegurar a aprendizagem dos alunos. No entanto, temos que lhe oferecer elementos que o veja também enquanto sujeito do/no processo permanente de formação, portanto passível de revisão, reorientação, rumo a sua plena satisfação profissional e humana.

O Curso de Licenciatura em Pedagogia ofertado na UFRB, através da Plataforma Paulo Freire, respeitando o perfil profissiográfico traçado, formará o Licenciado em Pedagogia para atuar em instituições escolares na docência em educação infantil; no ensino básico nos anos iniciais do ensino fundamental bem como na gestão educacional.

Por compreender não haver indissociabilidade entre a docência e a gestão da instituição escolar, o Pedagogo egresso deste processo formativo poderá atuar na organização de sistemas, unidades, projetos e experiências educacionais escolares; na produção e difusão do conhecimento científico do campo educacional.

No processo de formação trabalharemos com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício dialógico teórico-prático com a realidade vivenciada pelo professor em sala de aula, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética. Além dessa prerrogativa outras ajudam a delinear as competências e habilidades de que deve constituir a identidade do pedagogo(a) a partir dessa proposta:

- Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- Reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;
- Relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
- Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- Participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- Participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares.

Para ingresso no Curso de Licenciatura em Pedagogia do PARFOR/CFP/UFRB o estudante deverá ter formação mínima em nível médio e aprovação em processo seletivo após a sua inscrição via Sistema Plataforma Paulo Freire. Serão oferecidas 100 vagas a cada ingresso no processo seletivo.

O curso será desenvolvido no turno noturno em um período de 3 anos com carga horária total de 2916 horas, em caráter presencial, modular com 20% (vinte por cento) da carga horária dos componentes curriculares sendo ministrada pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem. O aluno matricular-se-á no Curso de Licenciatura em Pedagogia observando a seqüência das atividades curriculares estabelecidas pelo Colegiado do Curso. Para integralização do currículo do curso o aluno deverá ter concluído 2916 horas, assim distribuídas: 1.836 horas na Dimensão Básica, 980 horas na Dimensão Específica e vale ressaltar que neste processo o educando terá que cumprir 300 horas de estágio.

O curso será desenvolvido com uma organização curricular baseada em *dimensões*, articuladas pelos eixos Pesquisa e Práxis Pedagógica, compreendendo-se pesquisa como a ação investigativa do docente em seus espaços de atuação sob princípios acadêmicos. O eixo da Pesquisa perpassa todas as dimensões, inclusive por ser esse o elemento articulador, que nutre, alimenta e retroalimenta prática e teoria ao mesmo tempo. Por outro lado, o eixo da Práxis Pedagógica é valorizado nas atividades que comportam a docência como dimensão estruturante do ato de pesquisar. Desde o primeiro semestre os educandos poderão desenvolver atividades relacionadas à pesquisa nos componentes curriculares do curso.

A Práxis Pedagógica será discutida a partir dos componentes de Prática Reflexiva e Ensino e será alimentada e retro-alimentada nos estágios que ocorrerão nos três últimos semestres do curso. Desse modo, buscamos garantir que todos os componentes curriculares possam organizar atividades de pesquisa bem como de docência levando em consideração suas especificidades, sem perder de vista o diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento, garantindo assim que as particularidades de cada área sejam preservadas sem perder de vista um projeto comum.

Os componentes curriculares são distribuídos em dimensões que para efeitos didáticos, foram

concentrados obedecendo ao critério de proximidade entre os objetos de estudo de cada componente.

Formam-se desse modo duas dimensões globalizantes:

1. **Dimensão Básica** terá como objetivo capacitar o pedagogo através de uma formação teórico-prática que favoreça a apropriação dos fatos e teorias que servem de base para a construção dos processos educativos em seus diferentes espaços e contextos.

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA
Filosofia da Educação	68
História da Educação	68
Aspectos Sociológicos e Antropológicos da Educação	68
Psicologia e Educação	68
Aspectos Biológicos da Educação	68
Trabalho e Educação	68
Gênero, Sexualidade e Diversidade na Educação	68
História e Cultura Afro-brasileira e Indígena	68
Introdução aos Estudos Acadêmicos	68
Leitura e Produção de Texto	68
Tecnologia da Informação e Com. nos Processos Educativos	68
Pesquisa em Educação	68
Trabalho de Conclusão de Curso	68
Alfabetização e Letramento	68
Fundamentos e Prática Reflexiva em Educação Infantil	68
Educação de Jovens e Adultos (e Idosos)	68
Educação do Campo	68
Saúde, Meio Ambiente e Educação	68
Informática e Estatística Aplicadas à Educação	68
Currículo, Sociedade e Formação Humana	68
Didática	68
Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento Humano	68
Planejamento e Avaliação Educacional	68
Educação Especial e Inclusão	68
Educação Corporal e Psicomotricidade	68
Arte, Educação e Ludologia	68
Aspectos Básicos da Psicopedagogia	68
TOTAL	1836

2. **A Dimensão Específica:** visará a qualificação do pedagogo para os diferentes

campos, que traduzem o âmbito da especificidade da sua formação e atuação profissional e compreenderá as dimensões a saber: Trabalho Docente na Educação Infantil, Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Organização e Gestão do Trabalho Pedagógico:

- a) *A Dimensão Trabalho Docente na Educação Infantil, Séries Iniciais do Ensino Fundamental, e Jovens e Adultos (e Idosos)*, compreenderá os seguintes componentes curriculares:

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA
Prática Reflexiva no Ensino da Língua Portuguesa	68
Prática Reflexiva no Ensino da Matemática	68
Prática Reflexiva no Ensino de Ciências Naturais	68
Prática Reflexiva no Ensino de História	68
Prática Reflexiva no Ensino de Geografia	68
Língua Brasileira de Sinais	68
Educação em Ambientes não-escolares	68
Estágio Supervisionado em Educação	100
Estágio Supervisionado em Ambientes Escolares	100
Estágio Supervisionado em Ambientes Não-escolares	100
Políticas Educacionais e Organização da Educação Brasileira	68
Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico I	68
Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico II	68
TOTAL	980

ELENCO DOS COMPONENTES CURRICULARES

Integralização por Módulos

Formulário

Nº 09A

MÓDULO 1	MÓDULO 2	MÓDULO 3	MÓDULO 4	MÓDULO 5	MÓDULO 6
CFP XXX Informática e Estatística Aplicadas à Educação 68h	CFP XXX Alfabetização e Letramento 68h	CFP XXX Tecnologias da Inf. e Com. nos Processos Educativos 68h	CFP XXX Educação em Ambientes Não-Escolares 68h	CFP XXX Educação de Jovens, Adultos (e Idosos) 68h	CFP XXX História e Cultura Afro-brasileira e Indígena 68h
CFP XXX Introdução aos Estudos Acadêmicos 68h	CFP XXX Aspectos Sociológicos e Antropológicos da Educação 68h	CFP XXX Políticas Educacionais e Org. da Educ. Brasileira 68h	CFP XXX Trabalho e Educação 68h	CFP XXX Educação do Campo 68h	CFP XXX Aspectos Básicos da Psicopedagogia 68h
CFP XXX Leitura e Produção de Texto 68h	CFP XXX Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento Humano 68h	CFP XXX Fundamentos e Prática Reflexiva da Educação Infantil 68h	CFP XXX Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico I 68h	CFP XXX Pesquisa em Educação 68h	CFP XXX Estágio Supervisionado em Ambientes Não-escolares 100h
CFP XXX Filosofia da Educação 68h	CFP XXX Currículo, Sociedade e Formação Humana 68h	CFP XXX Aspectos Biológicos da Educação 68h	CFP XXX Estágio Supervisionado em Educação 100h	CFP XXX Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico II 68h	CFP XXX Gênero, Sexualidade e Diversidade na Educação 68h
CFP XXX Historia da Educação 68h	CFP XXX Planejamento e Avaliação Educacional 68h	CFP XXX Prática Reflexiva no Ensino de Língua Portuguesa 68h	CFP XXX Prática Reflexiva no Ensino de História 68h	CFP XXX Estágio Supervisionado em Ambientes Escolares 100h	CFP XXX Trabalho de Conclusão de Curso 68h

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
 COORDENADORIA DE ENSINO E INTEGRAÇÃO ACADÊMICA
 NÚCLEO DIDÁTICO PEDAGÓGICO
- PROJETO PEDAGÓGICO -

Processo nº _____ Fls. _____

Rubrica: _____

CFP XXX Psicologia e Educação 68h	CFP XXX Prática Reflexiva no Ensino de Matemática 68h	CFP XXX Educação Corporal e Psicomotricidade 68 h	CFP XXX Prática Reflexiva no Ensino de Geografia 68h	CFP XXX Saúde, Meio Ambiente e Educação 68h	CFP XXX Arte, Educação e Ludologia 68h
CFP XXX Didática 68h	CFP XXX Prática Reflexiva no Ensino de Ciências 68h	CFP XXX Educação Especial e Inclusão 68h	CFP XXX Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS 68h		

ELENCO DOS COMPONENTES CURRICULARES
 Integralização por Módulos

Formulário
Nº 09B

COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRI A	HORAS/ SEMAN A	NATUREZA	PRÉ-REQUISITO
MÓDULO I				
Informática e Estatística Aplicadas à Educação	68	4	Obrigatória	Sem pré-requisito
Introdução aos Estudos Acadêmicos	68	4	Obrigatória	Sem pré-requisito
Leitura e Produção de Texto	68	4	Obrigatória	Sem pré-requisito
Filosofia da Educação	68	4	Obrigatória	Sem pré-requisito
História da Educação	68	4	Obrigatória	Sem pré-requisito
Psicologia e Educação	68	4	Obrigatória	Sem pré-requisito
Didática	68	4	Obrigatória	Sem pré-requisito
TOTAL	476	28		
MÓDULO II				
Alfabetização, Letramento e Inclusão Social	68	4	Obrigatória	Sem pré-requisito
Aspectos Sociológicos e Antropológicos da Educação	68	4	Obrigatória	Sem pré-requisito
Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento Humano	68	4	Obrigatória	Sem pré-requisito
Currículo, Sociedade e Formação Humana	68	4	Obrigatória	Sem pré-requisito
Planejamento e Avaliação Educacional	68	4	Obrigatória	Sem pré-requisito
Prática Reflexiva no Ensino de Matemática	68	4	Obrigatória	Sem pré-requisito
Prática Reflexiva no Ensino de Ciências	68	4	Obrigatória	Sem pré-requisito
TOTAL	476	28		
MÓDULO III				
Tecnologias da Inf. e Com. Nos Processos Educativos	68	4	Obrigatória	Sem pré-requisito
Políticas Educacionais e Org. da Educ. Brasileira	68	4	Obrigatória	Sem pré-requisito

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
 COORDENADORIA DE ENSINO E INTEGRAÇÃO ACADÊMICA
 NÚCLEO DIDÁTICO PEDAGÓGICO
- PROJETO PEDAGÓGICO -

Processo nº	Fls.
Rubrica:	

Fundamentos e Prática Reflexiva da Educação Infantil	68	4	Obrigatória	Sem pré-requisito
Aspectos Biológicos da Educação	68	4	Obrigatória	Sem pré-requisito
Prática Reflexiva no Ensino de Língua Portuguesa	68	4	Obrigatória	Sem pré-requisito
Educação Corporal e Psicomotricidade	68	4	Obrigatória	Sem pré-requisito
Educação Especial e Inclusão	68	4	Obrigatória	Sem pré-requisito
TOTAL	476	28		
MÓDULO IV				
Educação em Ambientes Não-Escolares	68	4	Obrigatória	Sem pré-requisito
Trabalho e Educação	68	4	Obrigatória	Sem pré-requisito
Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico I	68	4	Obrigatória	Sem pré-requisito
Estágio Supervisionado em Educação	100	6	Obrigatória	Sem pré-requisito
Prática Reflexiva no Ensino de História	68	4	Obrigatória	Sem pré-requisito
Prática Reflexiva no Ensino de Geografia	68	4	Obrigatória	Sem pré-requisito
Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	68	4	Obrigatória	Sem pré-requisito
TOTAL	508	30		
MÓDULO V				
Educação do Campo	68	4	Obrigatória	Sem pré-requisito
Educação de Jovens, Adultos (e Idosos)	68	4	Obrigatória	Sem pré-requisito
Pesquisa em Educação	68	4	Obrigatória	Introdução aos Estudos Acadêmicos
Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico II	68	4	Obrigatória	Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico I
Saúde, Meio Ambiente e Educação	68	4	Obrigatória	Sem pré-requisito
Estágio Supervisionado em Ambientes Escolares	100	6	Obrigatória	Estágio Supervisionado em Educação
TOTAL	440	22		
MÓDULO VI				
História e Cultura Afro-brasileira e Indígena	68	4		Sem pré-requisito
Aspectos Básicos da Psicopedagogia	68	4	Obrigatória	Sem pré-requisito
Estágio Supervisionado em Ambientes Não-Escolares	100	6	Obrigatória	Estágio Supervisionado em Educação e Estágio

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
 COORDENADORIA DE ENSINO E INTEGRAÇÃO ACADÊMICA
 NÚCLEO DIDÁTICO PEDAGÓGICO
- PROJETO PEDAGÓGICO -

Processo nº _____ Fls. _____

Rubrica: _____

				Supervisionado em Ambientes Escolares
Gênero, Sexualidade e Diversidade na Educação	68	4	Obrigatória	Sem pré-requisito
Trabalho de Conclusão de Curso	68	4	Obrigatória	Introdução aos Estudos Acadêmicos e Pesquisa em Educação
Arte e Educação e Ludologia	68	4	Obrigatória	Sem pré-requisito
TOTAL	440	26		

CARGA HORÁRIA TOTAL: 2.816 HORAS

NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

**Formulário
Nº 10**

O aluno selecionado que pretende cursar o Curso de Licenciatura em Pedagogia deverá realizar a sua matrícula modularmente, obedecendo aos critérios definidos pelo colegiado do curso e pela PROGRAD/UFRB.

O aluno matriculado para cursar Licenciatura em Pedagogia, no período noturno, deverá ter disponibilidade para realizar as suas atividades de ensino, de acordo com o cronograma do curso apresentado pela coordenação no início do módulo letivo. A realização do curso se dará através da organização em módulos e será desenvolvida em três momentos distintos e inter-relacionados: aulas e/ou atividades de ensino presenciais na sede da UFRB, campus de Cruz das Almas e práticas pedagógicas na comunidade escolar onde o estudante leciona, encontro virtuais com o docente do componente curricular marcados previamente no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

A estrutura curricular conterá conteúdos e/ou atividades acadêmico-científica-culturais, além da prática de ensino e estágio curricular supervisionado, sendo que o estágio supervisionado está distribuído em três módulos e atende a carga horária exigida de 300h para o docente em exercício.

REGIMENTO INTERNO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

CFP - UFRB/PARFOR

CAPÍTULO I - Da natureza e finalidade

Art. 1º. O presente documento possui natureza normativa, complementar aos demais documentos e diretrizes da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e de seu Centro de Formação de Professores para a oferta de cursos e em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 9.394/96) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica e demais portarias e resoluções do MEC e CNE em vigor.

Art. 2º. Este regimento tem por finalidade estabelecer as diretrizes e normas gerais para o funcionamento do Curso de Licenciatura em Pedagogia oferecido pelo Centro de Formação de Professores da UFRB através do PARFOR, de acordo as resoluções CONAC nº. 016/2008, CONAC 007/2009, CNE/CP 02/2002, CNE/CP 09/2001 e seus complementos legais.

CAPÍTULO II – Do Curso de Licenciatura em Pedagogia

Art. 3º. O Curso de Licenciatura em Pedagogia será oferecido pela UFRB e integralizado no período de três anos, em formato modular de seis semestres, aos professores em exercício do Magistério nas redes municipal e estadual de ensino, visando oferecer formação em nível de graduação, tendo definidas as exigências de ingresso e perfil dos egressos, bem como matriz curricular e suas ementas, conteúdos programáticos, cargas horárias e módulos das disciplinas no seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

CAPÍTULO III - Da matrícula e ingresso no Curso:

Art. 4º. O aluno selecionado para o Curso de Licenciatura em Pedagogia deverá realizar a sua matrícula geral no primeiro semestre letivo e subsequentemente fazer as matrículas em cada módulo do curso, obedecendo aos critérios definidos pela Coordenação do Curso e pela Pró-reitoria de Graduação - PROGRAD/UFRB.

CAPÍTULO IV - Dos Direitos e Deveres dos Discentes

Art. 5º. São direitos dos discentes:

- I. Dispor dos elementos necessários à execução de suas atividades acadêmicas, dentro do

espaço físico e equipamentos disponíveis e das possibilidades técnicas e científicas da UFRB;

- II. Ter acesso prévio a matriz curricular e aos componentes dos módulos do curso;
- III. Ter disponibilizados em meio digital ou impresso os planos de curso de todos os componentes curriculares pelos docentes ou coordenação do curso;
- IV. Ser orientado e supervisionado por um docente da UFRB na realização de suas atividades de Estágio Supervisionado;
- V. Ser orientado por um docente da UFRB na ocasião da realização do seu Trabalho de Conclusão de Curso;
- VI. Conhecer a programação prévia das atividades a serem desenvolvidas pelas disciplinas subsidiadoras do Trabalho de Conclusão de Curso;
- VII. Ser previamente informado sobre o prazo de entrega dos trabalhos acadêmicos, em especial da monografia (TCC);
- VIII. Ser previamente informado sobre o local e data do seminário de apresentação do trabalho monográfico.
- IX. Ter seus direitos autorais preservados quando de suas produções acadêmicas.

Art. 6º. São deveres dos discentes:

- I. Cumprir este regulamento e todos os demais documentos que exararam as obrigações estudantis na UFRB;
- II. Atender às exigências dos componentes curriculares previstos na matriz curricular do curso,
- III. Apresentar suas atividades nos devidos prazos acordados ou pré-estabelecidos no cronograma do curso;
- IV. Realizar as atividades de prática de ensino e Estágio Supervisionado e prestar os devidos relatórios de acordo com o PPC do Curso, cumprindo as cargas horárias previstas na legislação vigente;
- V. Apresentar trabalho monográfico de acordo com as normas acadêmicas, como Trabalho de Conclusão de Curso e realizar sua apresentação pública nos prazos determinados;
- VI. Cumprir os horários de atividades, das aulas presenciais e dos encontros virtuais.
- VII. Cumprir o cronograma de atividades estabelecidos pelo professor orientador do TCC

VIII. Responsabilizar-se pelo não cumprimento ou usufruto de quaisquer de seus deveres ou direitos junto ao CFP, à UFRB ou a quaisquer dos seus órgãos.

IX. Responsabilizar-se pela originalidade de seus trabalhos, uso de direitos autorais resguardados por lei a favor de terceiros, cópias, transcrições ou reproduções de textos ou obras de outrem.

CAPÍTULO V- Da disponibilidade do aluno

Art. 7º. O aluno ao matricular-se no Curso de Licenciatura em Pedagogia, nos turnos pré-estabelecidos e acordados, estará com isso afirmando sua disponibilidade para frequentar as aulas e realizar as atividades acadêmicas previstas, de acordo com o cronograma do curso apresentado pela coordenação no início do módulo letivo, consideradas as suas especificidades de sua condição de professor em exercício.

Art. 8º. A realização do curso se dará através da organização de suas atividades e componentes curriculares em módulos, descritos na matriz curricular, e será desenvolvida em dois momentos distintos e inter-relacionados:

- I . aulas e/ou atividades de ensino presenciais na sede da UFRB, campus de Cruz das Almas e
- II. práticas pedagógicas na unidade/comunidade escolar onde o estudante leciona.

CAPÍTULO VI - Da estrutura curricular:

Art. 9º. Visando consolidar uma perspectiva de formação que valorize o desenvolvimento de uma prática pedagógica compatível com as demandas do sistema educacional e dos profissionais da área, a estrutura curricular e dinâmica avaliativa compreenderá:

- I. Conteúdos e/ou atividades acadêmico-científica-culturais;
- II. Ênfase na interdisciplinaridade e prática de ensino;
- III. Estágio Curricular Supervisionado, distribuído em três módulos e com carga horária mínima exigida de 300h.
- IV. Atividades Curriculares Complementares
- IV. Trabalho de Conclusão de Curso com apresentação de Monografia.

REGIMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Apresentação:

O presente documento tem por finalidade estabelecer as diretrizes gerais para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Licenciatura em Pedagogia.

Fundamentação Legal:

O presente regimento fundamenta-se nos termos da RESOLUÇÃO CONAC No 016/08 e no Projeto Pedagógico do Curso.

CAPÍTULO I - Do TCC, seu Conceito e Finalidade

Art. 1º. Em conformidade com a RESOLUÇÃO CONAC nº. 016/08 e Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia, todo aluno regularmente matriculado deverá realizar um trabalho de pesquisa orientada, explorando temática compatível com as especificidades do curso e sua formação, cumpridos os pré-requisitos curriculares,

Art. 2º - O trabalho de pesquisa orientada consiste na participação do licenciando em atividades de pesquisa que lhe proporcionem a experiência no processo de produção do conhecimento e culminará na produção de uma monografia denominada neste regimento de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e em apresentação pública, perante banca designada ou homologada pela Coordenação do Curso para este fim.

Art. 3º. - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e o cumprimento de sua dinâmica elaborativa se constitui em pré-requisito parcial indispensável e atividade obrigatória para a integralização curricular e colação de grau de Licenciado em Pedagogia.

Art. 4º. - O TCC, atividade curricular obrigatória integrante do currículo do Curso de Licenciatura em Pedagogia, tem por finalidade a inserção do educando no mundo da pesquisa científica e construção de conhecimentos acadêmicos;

Art. 5º. - São objetivos do TCC:

- I. Propiciar ao licenciando experiências acadêmico-científicas de forma a complementar o processo de ensino/aprendizagem, contribuindo assim para o aprimoramento de sua formação profissional;
- II. Contribuir para uma formação interdisciplinar a partir da contribuição de outros profissionais aos seus conhecimentos teóricos e práticos.
- III. Constituir momentos de participação em situações reais ou simuladas de vida e trabalho, bem como de potencialização e sistematização de competências e conhecimentos adquiridos ao longo de sua formação na forma de pesquisa acadêmico-científica.

CAPÍTULO II - Da Organização e Dinâmica do TCC

Art. 6º. - Os componentes curriculares que subsidiam a elaboração do TCC compreenderão as atividades de orientação, acompanhamento e avaliação do trabalho monográfico com o envolvimento do professor orientador.

Art. 7º. - O TCC terá seu início na disciplina de Introdução aos Estudos Acadêmicos e sua conclusão na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, não podendo extrapolar esse prazo.

Art. 8º. - O discente deverá escolher o seu orientador no prazo de 30 dias a partir do início das aulas da disciplina de Pesquisa em Educação.

Art. 9º. - O TCC, de caráter monográfico, deverá ser elaborado individualmente.

Parágrafo único - O tema da monografia do TCC deverá, obrigatoriamente, estar vinculado à formação de professores e/ou ao ensino/gestão do trabalho pedagógico na Educação Básica, em ambientes escolares e/ou não-escolares.

Art. 10. - A monografia deverá ser entregue de acordo com formatação acadêmica recomendada e aceita pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) em vigor,

CAPÍTULO III - Da Orientação

Art. 11. - Cada docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia poderá orientar simultaneamente

até 5 (cinco) trabalhos finais por semestre letivo, excluindo-se da contagem as eventuais co-orientações.

Art. 12. - Os professores orientadores serão preferencialmente do quadro docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

§ 1º. Cada aluno deverá escolher o orientador do seu trabalho de acordo com a área de interesse da pesquisa e a disponibilidade do orientador.

§ 2º. É permitido ao aluno ter um co-orientador mediante a aprovação do orientador.

CAPÍTULO IV - Das Atribuições do Professor Orientador

Art. 13. - São atribuições do professor orientador:

- I. Colaborar com o aluno na definição do tema da monografia;
- II. Avaliar a viabilidade do projeto de monografia, verificando a disponibilidade de material bibliográfico sobre o assunto;
- III. Aprovar roteiro da pesquisa, plano de trabalho e cronograma das atividades propostas para o trabalho monográfico;
- IV. Indicar fontes bibliográficas para consulta, inclusive acompanhar e orientar o aluno na execução do plano de trabalho;
- V. Avaliar cada etapa do desenvolvimento da monografia, fazendo intervenções sobre o conteúdo, normas técnicas de apresentação e redação do texto;
- VI. Emitir parecer final sobre a(s) monografia(s) do(s) licenciando(s) sob sua orientação.

CAPÍTULO V - Da Avaliação do TCC

Art. 14. - A avaliação do trabalho monográfico (TCC) será feita por uma banca formada por 3 (três) membros indicados pelo orientador e autorizados pela Coordenação, sendo o orientador o presidente da sessão e dois professores, da UFRB ou da comunidade externa à UFRB, como membros avaliadores.

§ 1º - É permitido que, havendo um co-orientador, este seja um dos membros componentes da banca.

Art. 15. - A avaliação do trabalho monográfico levará em consideração:

- I. Coerência entre a problematização, os objetivos e a argumentação;

- II. Normas da ABNT;
- III. Relevância e coerência no trato da questão;
- IV. Clareza e precisão vocabular e gramatical do texto
- V. Análise dos resultados obtidos.
- VI. Clareza e objetividade na apresentação pública.

Art. 16. – Uma cópia dos trabalhos de conclusão de cursos aprovados pela banca examinadora deverão ser entregues pelo aluno ao Colegiado de Pedagogia, após correção final, para ser encaminhada à Biblioteca, seguindo art. 19, § 3º. da Resolução CONAC 16/2008.

Art. 17. - Caso a monografia não seja aprovada, a banca estabelecerá um prazo de no máximo 30 (trinta) dias, para as alterações e nova apresentação oral, se esta também for considerada necessária.

Parágrafo único - Caso o aluno não cumpra os encaminhamentos recomendados pela banca, na forma e prazos estabelecidos, será automaticamente considerado reprovado na disciplina, cabendo-lhe a obrigação de refazer o percurso previsto no protocolo para aprovação do TCC.

Art. 18. - Os casos omissos serão resolvidos pelos professores relacionados aos componentes curriculares subsidiadores do Trabalho de Conclusão de Curso, pelo professor-orientador e Coordenação do curso.

Art. 19. - Os demais detalhamentos e práticas específicas dos Trabalhos de Conclusão de Curso se acham exarados no PPC do Curso, protocolos e normas editadas pela Coordenação para cada uma destas modalidades de atividade curricular, sem prejuízo deste regimento.

Art. 20. - Os casos omissos serão resolvidos pelo orientadores de TCC e pelo Coordenador do Curso.

Art. 21. - O presente regimento entra em vigor a partir da data de sua aprovação e homologação no CONAC.

REGIMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

As atividades Complementares ao Currículo (ACC) caracterizam pelo conjunto de ações que imbricam as dimensões científico, acadêmico e cultural, bem como procuram articular vivências no campo do ensino, pesquisa e extensão, estes últimos que correspondem ao tripé da universidade, necessárias à formação ampla do estudante em nível de graduação. Trata-se de atividades obrigatórias a todos os alunos do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), vinculado ao Plano Nacional de Formação Inicial de Professores da Educação Básica (PARFOR).

No ato do ingresso no curso, os alunos poderão começar a realizar/participar das atividades curriculares, no entanto, é válido mencionar que o total de horas computadas para aproveitamento como Atividade Complementar Curricular devem estar distribuídas em pelo menos 3 (três) semestres, dos 6 (seis) previstos para o Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Ainda que a universidade tenha responsabilidade no tocante a promoção de eventos e outras ações que possam ser revertidas em ACC para os alunos, a iniciativa do estudante é fundamental para que o total de horas possa ser cumprido. Por assim dizer, orienta-se que os alunos participem de eventos acadêmicos (palestras, mesas-redondas, conferências, simpósios, seminários, encontros e congressos) ou artístico-culturais promovidos por Instituições de Ensino Superior ou entidades de reconhecimento público com registros legais devidamente comprovados. Além destes, também a realização de cursos de extensão promovidos no âmbito da própria UFRB; atuação em projetos de pesquisa, projetos sociais/comunitários entre outras atividades extra-curriculares, sob orientação de um professor do curso poderão ser considerados como ACC.

CAPÍTULO I - Das Atividades Curriculares Complementares (ACC)

Art. 1º. - As Atividades Curriculares Complementares constituem um elemento curricular de natureza autônoma a ser desenvolvido pelos alunos e envolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão, de composição escolhida pelo aluno a partir das orientações divulgadas pela Coordenação do Curso;

Art. 2º. - As normas de realização de Atividades Curriculares Complementares previstas para o Curso de Licenciatura em Pedagogia se acham amparadas na Resolução CONAC nº. 007/09 e no Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 3º. - As Atividades Curriculares Complementares tem os seguintes objetivos:

- I. Buscar a interdisciplinaridade pela efetiva integração entre os conteúdos de ensino desenvolvidos nos componentes curriculares que compõem o currículo.
- II. Integrar teoria e prática, por meio de vivência e/ou observação de situações reais pela informação;
- III. Propiciar a contemporaneidade do currículo, ensejando o desenvolvimento de temas emergentes nos processos educacionais afeitos às atribuições dos pedagogos, decorrentes das transformações atuais da sociedade e seus avanços;
- IV. Articular o trinômio: ensino, pesquisa e extensão;
- V. Promover a contextualização do currículo a partir do desenvolvimento de temas regionais e locais, julgados significativos para a sua formação;
- VI. Adequar o currículo aos interesses individuais dos alunos;
- VII. Ampliar a dimensão do Currículo Pleno pela pluralidade e diversificação das atividades que podem ser vivenciadas pelo aluno;
- VIII. Possibilitar aos alunos atuação como sujeitos ativos e como agentes do seu próprio processo histórico, capazes de selecionar os conhecimentos mais relevantes para os seus processos de desenvolvimento.
- IX. Ampliar a visão acadêmico-científica do discente do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFRB, vinculado ao PARFOR;
- X. Aprofundar e consolidar a formação acadêmico-cultural do aluno, mediante o desenvolvimento das ACC credenciadas pelo Colegiado do Curso;
- XI. Vivenciar atividades que articulem o ensino, a pesquisa e a extensão, com vistas a promoção da práxis docente, por se encontrar realizando um curso de licenciatura;
- XII. Aprimorar os conhecimentos com os quais teve contato no âmbito da graduação;
- XIII. Possibilitar aos discentes o reconhecimento dos aspectos pedagógicos e científicos quando da realização das ACC, verificando em que medida poderão ser incorporadas à vida pessoal, profissional e cidadã.
- XIV. Oportunizar aos discentes o contato com projetos de pesquisa, projetos sociais, cursos,

participações em eventos acadêmicos entre outras atividades, que poderão ser convertidas em ACC, as quais oportunizem aos alunos o aprimoramento no seu desenvolvimento profissional.

CAPÍTULO II - Da Composição e Avaliação das ACC

Art. 4º. - A carga horária mínima destinada às Atividades Curriculares Complementares é de 100 (cem) horas distribuídas ao longo do curso, não podendo ser preenchida com um só tipo de atividade, sendo que o seu cumprimento integral constitui condição indispensável para a colação de grau segundo a RESOLUÇÃO NO. 34/2009

Art. 5º. - As atividades Complementares receberão pontuação de acordo com o Barema Anexo à este PPC o qual Regulamentará as Atividades Complementares do Curso de Graduação de Licenciatura em Pedagogia do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

CAPÍTULO III – Do Processo de Reconhecimento de ACC

Art. 6º. - Todas as atividades complementares realizadas pelo aluno deverão ser registradas em formulário próprio, dispensado pela coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia a ser ofertado através da Plataforma Paulo Freire, para ser protocolado, visando seu cômputo pelo coordenador do curso ou pela pessoa responsável no referido curso, na ausência do primeiro. A coordenação do curso tem a competência de acompanhamento, avaliação e *feedback* ao aluno, no que concerne ao cumprimento e ou a pendência das ACC realizadas pelos discentes.

Art. 7º. - Só terão validade as atividades realizadas durante a realização do curso após o ingresso do aluno na UFRB.

Art. 8º. - As atividades deverão ser devidamente comprovadas mediante a apresentação de documentos comuns a este pleito (atestado, certificado ou qualquer outro documento idôneo), os quais precisam ter carimbo, assinatura, e em papel timbrado pela instituição que emitiu o expediente. Ressalta-se que somente desta forma as atividades poderão ser aproveitadas.

Art. 9º. - O documento comprobatório da atividade complementar deverá conter, ainda, a discriminação da atividade desenvolvida, a fim de que a coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Projeto de Formação Inicial de Professores desta Instituição de Ensino Superior (IES) possa apreciar e validar, quando perceber que o documento cumpre com as exigências estabelecidas nestas normas.

CAPÍTULO IV – Das Atribuições do Coordenador do Curso relativas às ACC

Art. 10. - Compete ao Coordenador do Curso:

- I. Orientação aos discentes no que concerne a obrigatoriedade da realização das ACC, pautando-se nos aspectos legais que as advogam;
- II. Divulgação das ACC credenciadas pelo Colegiado do Curso e suas compatibilizações, levando-se em conta os eixos aos quais as atividades deverão contemplar, quais sejam: ensino, pesquisa e extensão;
- III. Recebimento das atividades curriculares, com respectiva documentação comprobatória para apreciação;
- IV. Conferência do registro de ACC na ficha individual e, posteriormente, no histórico dos discentes quando estes concluírem a carga-horária total suas atividades, bem como tem a responsabilidade de informar as pendências àqueles que ainda necessitam concebê-las;
- V. Informação aos alunos quanto ao preenchimento dos formulários de registro de ACC que serão protocoladas no Colegiado do Curso;
- VI. Socialização de informes a despeito da necessidade da realização harmônica das ACC no que pesa a questão do ensino, pesquisa e extensão;
- VII. Estabelecimento de normas complementares ou transitórias com o propósito de deliberar sobre os casos omissos neste documento.

CAPÍTULO V - Das Atividades e Critérios Considerados para a Composição Curricular

Parágrafo Único – A tabela em anexo deve servir de parâmetro para a composição curricular de ACC.

REGIMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

CAPÍTULO I - Do Estágio Curricular Supervisionado, Conceito, Constituição e Objetivos

Art. 1º. - O Estágio Curricular Supervisionado previsto neste regimento fundamenta-se nos termos da RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006 que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.

Art. 2º. - O Estágio Curricular Supervisionado, parte integrante da formação em nível superior dos professores da Educação Básica, consiste na participação dos professores em exercício em atividades que contribuam para ressignificar suas identidades profissionais contribuindo para a sua formação inicial e continuada em serviço.

Parágrafo Único – O Estágio Curricular Supervisionado referido no *caput* deste artigo será realizado de acordo com a estrutura curricular modular, respeitando-se a matriz curricular e os pré-requisitos estabelecidos no PPC do Curso de Licenciatura em Pedagogia;

Art. 3º. - O Estágio Curricular Supervisionado, atividade curricular obrigatória do Curso de Licenciatura em Pedagogia, constitui-se em campo de conhecimento que se produz na interação entre os cursos de formação de professores e o campo social onde se desenvolvem as práticas educativas.

Art. 4º. - O Estágio Curricular Supervisionado, enquanto campo de conhecimento, deve possibilitar que sejam trabalhados aspectos indispensáveis da formação docente, quais sejam:

- I. Ressignificação da identidade do professor;
- II. Ampliação dos saberes necessários ao exercício profissional docente;
- III. Reflexão sobre a atividade profissional e
- IV. Relação com as áreas de conhecimento específico.

Art. 5º. - Constituem objetivos do Estágio Curricular Supervisionado para professores em exercício:

- I. Inserir o professor-estagiário em um espaço de reflexão sobre suas experiências e

construção e novos saberes a partir de sua prática;

- II. Estabelecer relações entre a experiência profissional e sua prática e os novos conhecimentos;
- III. Promover discussões a respeito do contexto atual da sociedade e da escola;
- IV. Envolver o professor-estagiário na pesquisa e na produção de conhecimento a partir da própria prática;
- V. Oportunizar o desenvolvimento de alternativas didáticas e aplicação de recursos necessários para a prática docente e gestão de processos pedagógicos integrantes do currículo da Educação Básica, mormente do Ensino Fundamental;
- VI. Desenvolver práticas pedagógicas que possibilitem, levando em consideração a diversidade de contextos, a ampliação dos conhecimentos constituídos na experiência profissional.

CAPÍTULO II - Da Carga Horária, Organização e Funcionamento do Estágio Supervisionado

Art. 6º. - A carga horária total de Estágio é de 300 horas vinculadas aos respectivos componentes curriculares (Estágio Curricular I, II e III), de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 7º. - O Estágio Supervisionado deverá ser desenvolvido sob a forma de observação, coleta de dados, regência em instituições de educação básica, preferencialmente públicas e em outros espaços de aprendizagem, denominados não-escolares, tais como asilos, hospitais, presídios, empresas, ONG's.

§1º - O Estágio Supervisionado valorizará o desenvolvimento de atividades que envolvam:

- I. Ciência, Tecnologia, Sociedade e Meio Ambiente;
- II. Novas Tecnologias de Comunicação e Informação na Educação;
- III. Espaços educacionais formais e não-formais;
- IV. Construção de material didático com material de baixo custo;
- V. Propostas interdisciplinares que valorizem o contexto no qual o professor-aluno está inserido.
- VI. Criatividade no exercício da função docente;
- VII. Educação e suas relações com os direitos humanos e as diversidades.

Art. 8º. - Os alunos poderão desenvolver atividades do Estágio Supervisionado na própria instituição em que já trabalham e em uma das salas de aula na qual são regentes.

Art. 9º. - A supervisão do estágio, a depender das condições para o seu desenvolvimento, dar-se-á conforme as seguintes modalidades:

- I. *Supervisão direta:* planejamento de intervenções, acompanhamento e orientação do estagiário por meio de observação contínua e direta das atividades desenvolvidas ao longo de todo o processo;
- II. *Supervisão indireta:* acompanhamento pelo professor por meio de relatórios, entrevistas e diálogos feitos com o coordenador ou diretor da escola alvo do estágio.

Parágrafo Único - Os professores-estagiários receberão atendimento e orientação, coletiva e individual, quanto à organização e elaboração das atividades relativas ao Estágio Supervisionado.

CAPÍTULO III - Da Avaliação do Estágio Supervisionado

Art. 10. - A avaliação do desempenho do professor-estagiário será realizada pelo orientador de forma contínua e sistemática durante o desenvolvimento de todo o estágio.

Art. 11. - A avaliação do professor-estagiário será realizada por meio de Projeto de Estágio, acompanhamento de desempenho, diários de bordo, portfólios, memoriais e relatórios finais de estágio.

Art. 12. - A elaboração do relatório de estágio ou do memorial deverá obedecer às normas vigentes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

Art. 13. - O intercâmbio de experiências, bem como a análise e a avaliação dos projetos e atividades relativas ao Estágio Curricular Supervisionado, serão feitos entre o professor orientador e professores-estagiários em encontros periódicos.

Art. 14. - O professor-estagiário deverá entregar as atividades concernentes ao estágio em data a ser definida pelo orientador.

Art. 15. - No caso de o professor-estagiário ser considerado não habilitado, deverá repetir a

disciplina que inclui as atividades de prática docente.

CAPÍTULO IV - Do Professor Orientador de Estágio e suas Atribuições

Art. 16. - O orientador de estágio será preferencialmente um docente da UFRB com formação na área específica, responsável por orientar e esclarecer o professor-estagiário quanto ao seu programa de estágio, colaborando com o desenvolvimento do Estágio Supervisionado.

Art. 17. - Compete ao professor-orientador:

- I. Orientar o professor-estagiário nas atividades de estágio, nos relatórios parciais e no relatório final de estágio e planejar, acompanhar e avaliar as atividades junto ao estagiário;
- II. Orientar a distribuição dos professores-estagiários nos campos de estágio;
- III. Manter contatos regulares com os professores-estagiários, individualmente e em grupo, para fins de troca de experiências e eventual complementação de conhecimento;
- V. Promover reuniões com os professores-estagiários para oportunizar a reflexão da ação;
- VI. Indicar ao professor-estagiário as fontes de pesquisa e de consulta necessárias para o aprimoramento da prática pedagógica e a busca de solução para as dificuldades encontradas;
- VII. Preencher instrumentos de acompanhamento e avaliação do professor-estagiário;
- VII. Avaliar os relatórios de estágio, divulgando e justificando os resultados obtidos;
- VIII. Autorizar o professor-estagiário a participar de eventos de cunho científico em dias de estágio, agendando previamente a reposição do estágio;

Art. 18. - O registro das horas destinadas ao Estágio Supervisionado para efeito de comprovação será feito em documento próprio definido pela coordenação do curso.

CAPÍTULO V - Das Atribuições do Aluno Estagiário:

Art. 19. - O aluno-estagiário participará das atividades de ensino em ambiente escolar e não-escolar, consolidando sua formação e a articulação entre a teoria e a prática.

Art. 20. - O aluno-estagiário só deverá iniciar as atividades de estágio após apreciação e aprovação do Projeto de Estágio pelo orientador.

Art. 21. - O professor-estagiário deverá elaborar um projeto pedagógico sobre tema específico, do qual, além de aulas poderão constar:

- I. o acompanhamento de estudantes com dificuldades de aprendizagem,
- II. a realização de oficinas pedagógicas,
- III. a criação de materiais didáticos,
- IV. visitas a museus e centros de ciências,
- V. a organização de feiras e outras atividades científico-culturais, baseadas nos problemas, necessidades e características da realidade alvo.

Art. 22. - O professor-estagiário deverá ter 75% (setenta e cinco por cento) de presença nas aulas de fundamentação teórica oferecidas pelo curso e não possuir ausências nas aulas práticas salvo quando de sua participação em evento de cunho científico.

Art. 23. - Compete ao professor-estagiário:

- I. Cumprir a carga horária e as demais exigências determinadas neste Regulamento;
- II. Apresentar, previamente, ao professor orientador os planejamentos das aulas que irá ministrar;
- III. Ser assíduo e pontual, apresentando-se de forma adequada aos locais onde se realizarão os estágios;
- IV. Ser assíduo às reuniões de orientação de estágio para reflexão e análise das informações obtidas;
- V. Elaborar e apresentar ao orientador relatório parcial e final do Estágio Supervisionado.

Capítulo VI – Das Disposições Transitórias

Art. 24. - Os demais detalhamentos e práticas específicas de Estágio Supervisionado se acham exarados no PPC do Curso, protocolos e normas editadas pela Coordenação para cada uma destas modalidades de atividade curricular, sem prejuízo deste regimento.

Art. 25. - Os casos omissos serão resolvidos pelo orientador do Estágio Supervisionado e pelo Coordenador do Curso.

Art. 26. - O presente regimento entra em vigor a partir da data de sua aprovação e homologação

no CONAC.

EMENTÁRIO DE COMPONENTES CURRICULARES**Formulário
Nº 11**

Nome e código do componente curricular: Introdução aos Estudos Acadêmicos e Pesquisa		Módulo: I	Carga horária: 68 horas
Modalidade Presencial	Função: Básica	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Sem pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
Ementa: Introdução ao estudo da ciência. O Método Científico como instrumento do trabalho, através das etapas da investigação científica, sua estrutura, métodos e técnicas. O processo de construção e apresentação de trabalhos escritos voltados para a área de educação. Estrutura da escrita e leitura do texto científico. Produção de resumos, resenhas críticas e textos dissertativos-argumentativos, referências, citações, artigos, seminários, relatórios, projetos.			
Bibliografia Básica: GIL, A. C. Metodologia do ensino superior . 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008. LAKATOS, E. M, MARCONI, M. de A. Metodologia do trabalho científico . 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2001. SEVERINO, J. Metodologia do trabalho científico . 25ª Ed. São Paulo: Cortez, 2000.			
Bibliografia Complementar: GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa . 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002. MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica : a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2005. OLIVEIRA, S. L. Tratado de metodologia científica : projetos de pesquisa, TGI, TCC, monográficas, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002. RUDIO, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa científica . 25ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1999. SANTOS, I. E. dos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Científica . 5. Ed. Niterói: Impetus, 2005.			

Nome e código do componente curricular: Filosofia da Educação		Módulo: I	Carga horária: 68 horas
Modalidade	Função:	Natureza:	
Presencial	Básica	Obrigatória	
Pré-requisito:		Módulo de alunos:	
Sem pré-requisito		50	
Ementa:			
Desenvolvimento de habilidades e de conhecimentos para possibilitar a compreensão da natureza da atividade filosófica ligada à educação. Desenvolvimento do espírito crítico e investigador do professor. A explicitação dos pressupostos dos atos de educar, ensinar e aprender em relação a situações de transformação cultural da sociedade. Debate de temas relacionados ao conhecimento, à linguagem, à realidade, à cultura e à ética na formação pedagógica.			
Bibliografia Básica:			
BORBA, S. & KOHAN, W. Filosofia, aprendizagem e experiência. Belo Horizonte: Autêntica, 2008 DALBOSCO, C. A.; CASAGRANDA, E. A. & MÚIL, E. H. (Orgs.). Filosofia e pedagogia: aspectos históricos e temáticos. Campinas: AA, 2008. GILES, T. R. Filosofia da educação. São Paulo: EPU, 1993.			
Bibliografia Complementar:			
JAEGER, W. Paidéia: a formação do homem grego. Trad. A. M. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2008. DURKHEIM, E. A evolução pedagógica. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. PEIXOTO, A. J. (Org.). Filosofia, educação e cidadania. Campinas: Alínea, 2007. RODRIGO, L. Filosofia em sala de aula: teoria e prática para o ensino médio. Campinas: AA, 2009 SEVERINO, A. J. Filosofia da educação: construindo a cidadania. São Paulo: FTD, 1994.			

Nome e código do componente curricular:		Módulo:	Carga horária:
Informática e Estatística Aplicadas à Educação		I	68 horas
Modalidade	Função:	Natureza:	
Presencial	Básica	Obrigatória	
Pré-requisito:		Módulo de alunos:	
Sem pré-requisito		50	
Ementa:			
Introdução aos estudos da informática e da estatística aplicadas à educação. Informática e estatística básica e fundamentos de suas aplicações educacionais. Noções de Probabilidade e inferência estatística. Uso da informática e da estatística para estudos científicos e sua aplicação em processos, pesquisas e projetos educacionais. Estatística descritiva, variáveis e dados. Representação gráfica, medidas de tendência central e medidas de dispersão.			
Bibliografia Básica:			
BRASIL, MEC. PROINFO: Informática e formação de professores . Brasília: Ministério da Educação, 2000. RAMALHO, J.A. Introdução à informática . São Paulo: Berkeley, 2001. TOLEDO, L.G.; OVALLE, I.I. Estatística básica . São Paulo: Atlas, 1995.			
Bibliografia Complementar:			
LEVY, P. As tecnologias da inteligência . Rio de Janeiro: Nova Editora, 1993. NEGROPONTE, N. A vida digital . São Paulo: Companhia das Letras, 1995. SPIEGEL, M. R. Estatística . São Paulo: McGraw-Hill, 1985. VIEIRA, S. Elementos de estatística . São Paulo: Atlas, 2003. WEISS, A. M. L. A informática e os problemas escolares de aprendizagem . 2.ed. Rio de Janeiro. DP&A, 1999.			

Nome e código do componente curricular:		Módulo:	Carga horária:
Leitura e Produção de Texto		I	68 horas
Modalidade	Função:	Natureza:	
Presencial	Básica	Obrigatória	
Pré-requisito:		Módulo de alunos:	
Sem pré-requisito		50	

Ementa: A leitura e a escrita na Universidade: linguagem e conhecimento. Pressupostos básicos: concepções básicas de linguagem, comunicação, texto, leitura e escrita. Condições de produção da leitura e da escrita do texto acadêmico. Gêneros e tipos textuais: estrutura e funcionamento. Argumentação, coesão e coerência textuais. Correção gramatical.
Bibliografia Básica: FIORIN, J. L. Para entender o texto. São Paulo: Ática, 1994. FLORES, L. L. et al. Redação – o texto técnico/científico e o texto literário. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994. SERAFINI, M. T. Como escrever textos. Porto Alegre: Globo, 1994. Bibliografia Complementar: CEREJA, W.; MAGALHÃES, T. Gramática Reflexiva: Texto, Semântica e Interação. São Paulo: Ed. Atual, 1999. FARACO, C. A.; TEZZA, C. Oficina de texto. Petrópolis: Vozes, 2004. GARCIA, O. M. Comunicação em Prosa Moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988. KAUFMAN, A. M.; RODRIGUEZ, M. E.. Escola, leitura e produção de texto. Porto Alegre: ArteMed, 1995. MARTINS, M. H. Que é leitura. São Paulo: Ática, 2004.

Nome e código do componente curricular:		Módulo:	Carga horária:
Psicologia e Educação		I	68 horas
Modalidade	Função:		Natureza:
Presencial	Básica		Obrigatória
Pré-requisito:			Módulo de alunos:
Sem pré-requisito			50
Ementa:			
Perspectiva histórica da Psicologia. A Psicologia científica e senso comum. As relações entre a Psicologia e a Educação e seus objetos de estudo. Estruturalismo, Funcionalismo e Humanismo. Concepções de sujeito à luz da Psicanálise, Behaviorismo e Gestalt. Observação comportamental no contexto educacional. Pessoa, personalidade e temperamento. Estruturas da Personalidade. Psicologia do Equilíbrio Emocional. Inteligências Múltiplas.			

Bibliografia Básica:

DAVIDOFF, L. **Introdução à psicologia**. 3ª ed. São Paulo: Pearson, Makron Books, 2004.
FRANCISCO FILHO, G. **A psicologia aplicada ao contexto educacional**. São Paulo: Átomo, 2007.
PILETTI, N. **Psicologia educacional**. 17ª ed. São Paulo: Ática, 2004.

Bibliografia Complementar:

FREIRE, I. R. **Raízes da Psicologia**. Petrópolis: Vozes, 2007.
COUTINHO, M. T. C.; MOREIRA, M. **Psicologia da educação**. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2004.
KUPFER, M. C. **Freud e a Educação: o mestre do impossível**. São Paulo: Scipione, 1989.
PIAGET, J. **Seis Estudos de Psicologia**. Trad. Maria Alice M. D'Amorim e Paulo Sergio L. Silva. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.
SALVADOR, C. C.; MESTRES, M. M.; GOÑI, J. O.; GALLART, I. S. **Psicologia da educação**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Nome e código do componente curricular:		Módulo:	Carga horária:
Didática		I	68 horas
Modalidade	Função:	Natureza:	
Presencial	Básica	Obrigatória	
Pré-requisito:		Módulo de alunos:	
Sem pré-requisito		50	
Ementa:			
Análise das relações entre sociedade / educação / escola. Enfoque da Prática Pedagógica Escolar enquanto prática social específica. Discussão da importância dos fundamentos sócios-políticos-epistemológicos da Didática na formação do(a) profissional professor(a) e na construção da identidade docente. Abordagem das relações dialéticas fundamentais do processo de trabalho docente: sujeito/objeto; teoria/prática; conteúdo/forma; ensino/aprendizagem; conhecimento/conhecer; sucesso/fracasso; professor/aluno; aluno/aluno. Estudo da organização da dinâmica da Prática Pedagógica: o processo de planejamento.			

Bibliografia Básica:

CANDAU, V. M. *A Didática em Questão*. 29. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
FARIA, W. de. *Teorias de Ensino e Planejamento Pedagógico*. São Paulo: EPU, 1987.
TARDIF, M. *Saberes Docentes e Formação Profissional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

Bibliografia Complementar:

CHARLOT, B. *Da relação com o Saber*: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
CORDEIRO, J. *Didática*. São Paulo: Contexto, 2007.
MORIN, E. *Educar na Era Planetária*: o pensamento complexo como Método de Aprendizagem no erro e na incerteza humana. 2. Ed. São Paulo: Cortez, Brasília DF: Unesco, 2007.
NÓVOA, A. (org.) *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
PERRENOUD, P. *Os Ciclos de Aprendizagem*: um caminho para combater o fracasso escolar. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Nome e código do componente curricular:		Módulo:	Carga horária:
História da Educação		I	68 horas
Modalidade	Função:		Natureza:
Presencial	Básica		Obrigatória
Pré-requisito:			Módulo de alunos:
Sem pré-requisito			50
Ementa:			
Compreende o <i>fazer</i> História Social da Educação e a educação no processo histórico, analisando a construção sócio-cultural do sujeito e dos sujeitos, através da educação vivenciada no conjunto da sociedade. Enfatiza-se ainda a Educação Jesuítica no Brasil Colonial, evidenciando o modelo eurocentrico na construção da sociedade brasileira. Compreende a educação brasileira ao longo do processo histórico, bem como suas relações com a dinâmica internacional, analisando a construção sócio-cultural do sujeito e dos sujeitos. Busca-se despertar interesse pela investigação científica, entendendo o fazer história-educação, e problematizando os elementos que a partir de experiências vivenciadas historicamente, compõem a educação na atualidade.			

Bibliografia Básica:

GONDRA, J. G. (Org.) **Pesquisa em História da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.
SAVIANI, D. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. 3. Ed. Campinas: Autores Associados, 2010.
VEIGA, C. G. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

Bibliografia Complementar:

ARANHA, M. L. **História da Educação e da Pedagogia – Geral e Brasil**. 3ª ed. Revisada e ampliada - São Paulo: Moderna, 2006.
CAMBI, F. História da Pedagogia. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 1999.
CARVALHO, C. H. de; GOLÇALVES NETO, W. (org.) **Estado, Igreja e Educação: o mundo ibero-americano nos séculos XIX e XX**. Campinas: Alínea, 2010.
CASIMIRO, A. P. B. S.; LOMBARDI, J. C.; MAGALHÃES, L. D. R. (org.) **A pesquisa e a preservação de arquivos e fontes para a educação, cultura e memória**. Campinas: Alínea, 2009.
MONARCHA, C. (Org). História da Educação Brasileira: Formação do Campo. Coleção Fronteiras da Educação. 2ª edição revista e ampliada. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

Nome e código do componente curricular:		Módulo:	Carga horária:
Aspectos Sócio-antropológicos da Educação		II	68 horas
Modalidade	Função:	Natureza:	
Presencial	Básica	Obrigatória	
Pré-requisito:		Módulo de alunos:	
Sem pré-requisito		50	
Ementa:			
Introdução ao estudo da Sociologia no plano teórico-conceitual, abordando a temática dos grupos, das organizações e instituições sociais, nos processos sociais básicos. Conceito de cultura. Conceito de Homem. Natureza e cultura. Relativismo Cultural. Etnocentrismo. Diversidade Cultural. Compreensão da articulação entre sociedade, cultura e educação. Abordagem da escola enquanto um fenômeno sócio-cultural.			

Bibliografia Básica:

BERGER, L. Peter. **Perspectivas Sociológicas: uma visão humanística**. 25ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

DAYRELL, J. (Org.) **Múltiplos olhares sobre Educação e Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

Bibliografia Complementar:

ANDRÉ, M. E.; DALMAZO, A. de, **Etnografia e Prática Escolar**. 15ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 2008. (Série Prática Pedagógica).

CANDAU, V. M. (Org.). **Cultura(s) e educação: entre o crítico e o pós-crítico**. RJ : DP&A, 2005.

_____. **Educação Intercultural e cotidiano escolar**. RJ: 7Letras, 2006.

DA MATTA, R. O ofício do etnólogo, ou como ter anthropological blues. In: NUNES, E. O. (Org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. Você tem cultura? IN: **Suplemento Cultural do Jornal da Embratel**. Ed. Especial, set, 1981.

Nome e código do componente curricular:		Módulo:	Carga horária:
Alfabetização e Letramento		II	68 horas
Modalidade	Função:		Natureza:
Presencial	Básica		Obrigatória
Pré-requisito:			Módulo de alunos:
Sem pré-requisito			50
Ementa:			
Práticas e concepções de letramento e alfabetização. Métodos e Processos de Alfabetização. Análise dos processos de alfabetização e letramento em diversos contextos lingüísticos. Leitura de mundo e da palavra. Literatura e alfabetização. Principais dificuldades de aprendizagem e a inclusão educacional.			

Bibliografia Básica:

CAGLIARI, L. C. **O mundo da escrita**. São Paulo: Ática, 2000.
COLELLO, S. M. G.. **Alfabetização em questão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
OÑATIVIA, A. C. **Alfabetização em três propostas: da teoria à prática**. São Paulo: Ática, 2009.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, M. **Guia prático do alfabetizador**. 4. Ed. São Paulo: Ática, 2006.
FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1989.
MOLICA, M. C. **Fala, letramento e inclusão social**. São Paulo: Contexto, 2007.
PACHECO, J. **Caminhos para a Inclusão: um guia para aprimoramento da equipe escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
SOARES, M. B. **Linguagem e Escola: Uma Perspectiva Social**. São Paulo: Ática, 1996.

Nome e código do componente curricular:		Módulo:	Carga horária:
Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento Humano		II	68 horas
Modalidade	Função:		Natureza:
Presencial	Básica		Obrigatória
Pré-requisito:			Módulo de alunos:
Sem pré-requisito			50
Ementa:			
Psicologia do desenvolvimento e aprendizagem humanos: conceitos, princípios, fases e determinantes. Teóricos e Teorias da aprendizagem (Jean Piaget, Levy Vygotsky, Henri Wallon). Estudos dos aspectos afetivo, cognitivo e moral do desenvolvimento humano relacionados a constituição do conhecimento. Influência de fatores sócio-histórico-culturais no desenvolvimento humano. Aprendizagem mediada, processo e dinâmica de grupo facilitadores do ensino-aprendizagem. O processo de aprendizagem. Tipos de aprendizagem. Fatores que interferem no processo ensino-aprendizagem. A relação professor-aluno. A produção do fracasso escolar. Aprendizagem e novas tecnologias.			

Bibliografia Básica:

BEE, H. **A criança em desenvolvimento**. 9ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

GALVÃO, I. **Henry Wallon: concepção dialética do desenvolvimento infantil**. Ed Vozes, 2005.

RAPPAPORT C., FIORI W.; DAVIS C. **Teorias do desenvolvimento: conceitos fundamentais**. São Paulo, 1981.

Bibliografia Complementar:

COLL, P. C.; MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia da Educação**. v. 2. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

KOLB, B.; WHISHAW, I.A. **Neurociência do comportamento**. São Paulo: Manole, 2002.

SALVADOR, C. C. **Aprendizagem escolar e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

VYGOTSKY L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

WADSWORTH, B. J. **Inteligência e afetividade da criança na teoria de Jean Piaget**. São Paulo: Pioneira, 1992.

Nome e código do componente curricular:		Módulo:	Carga horária:
Currículo, Sociedade e Formação Humana		II	68 horas
Modalidade	Função:		Natureza:
Presencial	Básica		Obrigatória
Pré-requisito:			Módulo de alunos:
Sem pré-requisito			50
Ementa:			
Estuda o campo do Currículo numa perspectiva crítica; reflete sobre o Currículo como construção sociocultural em relação com a realidade complexa; analisa aspectos técnicos e pedagógicos da construção curricular, suas implicações ideológicas e práticas considerando o campo de poder que atravessa o currículo; discussão de temas contemporâneos afetos ao campo dos estudos curriculares, visando a compreensão da relação: currículo, sociedade e formação humana.			

Bibliografia Básica:

APPLE, M. **Ideologia e Currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
CANEN A.; MOREIRA, A. F. (org.) **Ênfase e Omissões no Currículo**. Campinas: Papirus, 2001.
MOREIRA, A. F.; SILVA, T.T. (orgs.) **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.

Bibliografia Complementar:

CORAZZA, S. **O que quer um Currículo?:** pesquisas pós-críticas em educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
SACRISTÁN, J. G.; GOMEZ PEREZ, A. I. **Compreender e Transformar o Ensino**. Porto Alegre: artes médicas, 1998.
HALL, S. **Identidades Culturais na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
MÉZAROS, I. **A Educação para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.
MOREIRA, A. F. (org.) **Currículo: questões atuais**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

Nome e código do componente curricular:		Módulo:	Carga horária:
Planejamento e Avaliação Educacional		II	68 horas
Modalidade	Função:		Natureza:
Presencial	Básica		Obrigatória
Pré-requisito:			Módulo de alunos:
Sem pré-requisito			50
Ementa:			
Estudo e fundamentação teórica dos processos de planejamento e avaliação educacionais. Planejamento e avaliação de ensino-aprendizagem: reflexões teóricas e desafios práticos. Técnicas e instrumentos de avaliação/auto-avaliação na prática pedagógica. Planejamento e avaliação como exercícios de poder. Abordagem sistêmica da mudança e perspectivas de ensino-aprendizagem.			

Bibliografia Básica:

AFONSO, A. J. **Avaliação educacional:** regulação e emancipação. São Paulo: Cortez, 2000.

BICUDO, M. A. V.; SILVA JUNIOR, C. A. da (Org.). **Formação do Educador e Avaliação educacional:** conferências, mesas redondas. v. 1. São Paulo: UNESP, 1999.

HADJI, C. **Avaliação desmitificada.** Trad. Patrícia C. Ramos. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

Bibliografia Complementar:

ALONSO, M. (org.) et al. **O trabalho docente: teoria e prática.** S.P.: Pioneira, 1999.

GANDIN, D. **Planejamento como prática educativa.** São Paulo: Loyola, 1983.

HOFFMAN, J. M. L. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade.** Porto Alegre – RS: Educação e Realidade, 1993.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** São Paulo: Cortez, 1996.

MENEGOLLA, M.; SANT'ANNA, I. M.. **Por que planejar? Como planejar? Currículo – Área – Aula.** Petrópolis: Vozes, 1991.

Nome e código do componente curricular:		Módulo:	Carga horária:
Prática Reflexiva no Ensino de Matemática		II	68 horas
Modalidade	Função:		Natureza:
Presencial	Básica		Obrigatória
Pré-requisito:			Módulo de alunos:
Sem pré-requisito			50
Ementa:			
Abordagem crítico-reflexiva das práticas e tendências da educação matemática no Brasil e no mundo. os PCNs e a matemática..Tendências metodológicas e reflexão sobre a pesquisa e prática docente no ensino-aprendizagem da Matemática. Resoluções de problemas. Tratamento de informações. Geometria. Multiplicação. Divisão. Números inteiros e fracionais. Conceitos de áreas.			

Bibliografia Básica:

BACQUET, M. **Matemática sem dificuldades: ou como evitar que ela seja odiada por seu aluno**. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

D'AMBROSIO, U. **Educação Matemática: da teoria à prática**. Campinas: Papirus, 2003.

PARRA, C. **Didática da matemática: reflexões psicopedagógicas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

Bibliografia Complementar:

ALVES, E. M. S. **A ludicidade e o ensino da matemática**. Campinas: Papirus, 2001.

CERQUETI-ABERKANE, F. **O ensino da matemática na educação infantil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

DANYLUK, O. **Alfabetização matemática: as primeiras manifestações da escrita infantil**. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MACHADO, J. N. **Matemática e educação: alegorias, tecnologias e temas afins**. São Paulo: Cortez, 2002. (Coleções Questões da nossa época).

POPKEWITZ, T. S. Reforma, conhecimento pedagógico e administração da individualidade: A educação escolar como efeito do poder. In: Imbernón (org.), **A educação no século XXI**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Nome e código do componente curricular:		Módulo:	Carga horária:
Prática Reflexiva no Ensino de Ciências		II	68 horas
Modalidade	Função:	Natureza:	
Presencial	Básica	Obrigatória	
Pré-requisito:		Módulo de alunos:	
Sem pré-requisito		50	
Ementa:			
O conhecimento científico e o ensino de ciências. Aspectos históricos e tendências atuais do ensino de ciências. Características do professor de ciências. O papel da pesquisa no ensino de ciências. A prática do professor de ciências. Estudo teórico, prático e discussão metodológica para compreensão e utilização prática de tópicos selecionados de Ciências Naturais e sua relação com a Saúde, Ciências Ambientais, Tecnologia e Sociedade, aplicáveis à educação infantil e às séries iniciais do Ensino Fundamental. Vivência de tópicos propostos em Projetos de ensino, na busca de soluções de problemas do cotidiano. Debate e planos de aplicabilidade dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de Ciências Naturais nos anos iniciais do Ensino Fundamental.			

Bibliografia Básica:

CACHAPUZ, A. **A necessária renovação do ensino de ciências**. São Paulo: Cortez, 2005.

CAMPOS, M. C. C.; NIGRO, R.G. **Didática de ciências: o ensino-aprendizagem como investigação**. São Paulo: FTD, 1999.

CARVALHO, A. M. P. de (Org.). **Ensino de ciências: unindo a pesquisa e a prática**. São Paulo: Thomson, 2004.

Bibliografia Complementar:

DOHME, V.; DOHME, W. **Ensinando a criança a amar a natureza**. Petrópolis: Vozes, 2009.

FRACALANZA, H.; AMARAL, I.A.; GOUVEIA, M.S.F. **O Ensino de Ciências no Primeiro Grau**. São Paulo: Atual Editora, 1986.

GASPAR, A. **Experiências de Ciências para o Ensino Fundamental**. São Paulo: Ática, 2003.

HARLAN, J. D. & RIVKIN, M. S. **Ciências na Educação Infantil: uma abordagem integrada**. 7ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

KOHL, M. A. F.; POTTER, J. **Descobrimos a Ciência pela Arte: propostas de experiências**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

Nome e código do componente curricular:		Módulo:	Carga horária:
Tecnologias da Inf. e Com. nos Processos Educativos		III	68 horas
Modalidade	Função:		Natureza:
Presencial	Básica		Obrigatória
Pré-requisito:			Módulo de alunos:
Sem pré-requisito			50
Ementa:			
Estudo teórico-prático do uso das tecnologias da informação e comunicação nos processos educativos e de sua importância para a formação do professor. A apropriação dos conhecimentos básicos e a construção do conhecimento através das novas tecnologias da informação e da comunicação. A inserção no mundo das TIC e suas contribuições aos processos de ensino e aprendizagem e à reflexão educacional.			

Bibliografia Básica:

BOMBASSARO, Luiz Carlos. **As fronteiras da epistemologia**: Como se produz conhecimento. Petrópolis, Editora Vozes, 1997.

BRASIL. MEC. **PROINFO: Informática e formação de professores**. V. 1e 2. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de educação a distância - SEED, 2000.

RAMAL, A. C. **Educação na cibercultura**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, P. F. **Modelo brasileiro de Informática na Educação**. Ministério da Educação e do Desporto. Proinfe, 1995.

ÊÇA, T. A. **O e-mail na sala de aula**. Porto: Porto Editora, 2002.

LA TAILLE, Y. de. **Ensaio sobre o Computador na Educação**. São Paulo: Iglu, 1990.

OLIVEIRA, R. de. **Informática Educativa**: dos planos e discursos à sala de aula. São Paulo: Papirus, 1997.

PRADO, M. E. B. B. O uso do computador nos cursos de formação de professores: Um enfoque reflexivo da prática pedagógica. **Revista brasileira de informática na educação**, UFSC, Florianópolis, nº 03, 63, setembro de 1998.

Nome e código do componente curricular:		Módulo:	Carga horária:
Políticas Educacionais e Org. da Educ. Brasileira		III	68 horas
Modalidade	Função:		Natureza:
Presencial	Básica		Obrigatória
Pré-requisito:			Módulo de alunos:
Sem pré-requisito			50
Ementa:			
Estudo e análise do sistema educacional brasileiro nos seus diversos níveis e modalidades. Abordagem dos aspectos administrativos, didáticos e financeiros da educação brasileira. As políticas públicas de educação no Brasil.			

Bibliografia Básica:

BRZEZINSKI, I. (org.) **LDB Interpretada**: diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez, 2007.
DEMO, P. **A Nova LDB**: ranços e avanços. São Paulo: Papirus, 1997.
SAVIANI, D. **Da nova LDB ao Fundef**: por uma outra política educacional. 3. Ed.- Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

Bibliografia Complementar:

COSTA, M. **A Educação nas Constituições do Brasil**: dados e direções. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
CURY, C. R. J. **Legislação Educacional Brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
FARENZENA, N. **Política de Financiamento da Educação Básica**: rumos da legislação brasileira. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.
MARTINS, C. **O que é Política Educacional**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
PERONI, V. **Política Educacional e Papel do Estado**: no Brasil do anos 90. São Paulo: Xamã, 2003.

Nome e código do componente curricular:		Módulo:	Carga horária:
Fundamentos e Prática Reflexiva da Educação Infantil		III	68 horas
Modalidade	Função:	Natureza:	
Presencial	Básica	Obrigatória	
Pré-requisito:		Módulo de alunos:	
Sem pré-requisito		50	
Ementa:			
A criança ao longo da história e as contribuições da Educação infantil para o seu desenvolvimento integral. A inserção da criança no ambiente escolar e o binômio cuidar e educar como aspecto diferencial na dinâmica pedagógica. Correntes e concepções teóricas e metodológicas pautadas na interdisciplinaridade na Educação Infantil. Princípios e metas da educação infantil. Organização, planejamento didático, avaliação educacional e adequação do espaço e tempo na educação infantil.			

Bibliografia Básica:

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20/12/96.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

KUHIMANN JR., M. **Infância e Educação Infantil:** uma abordagem histórica. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

ZABALZA, M. A. **Qualidade em Educação Infantil.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil.** Secretaria de Educação Fundamental. Introdução V. I. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CRAIDY, C.; KAERCHER, E. G. **Educação Infantil:** pra que te quero? Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

ELIAS, M. Del C. **Pedagogia Freinet:** teoria e prática. Campinas: Editora Papirus, 1996.

HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação na Pré-Escola:** um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 1996.

PARÂMETROS NACIONAIS DE QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2006.

Nome e código do componente curricular:		Módulo:	Carga horária:
Aspectos Biológicos da Educação		III	68 horas
Modalidade	Função:	Natureza:	
Presencial	Básica	Obrigatória	
Pré-requisito:		Módulo de alunos:	
Sem pré-requisito		50	
Ementa:			
Breve histórico da Neurociência Cognitiva e sua relação com a educação. Importância e tendências da Neurociência Cognitiva para a Educação. Estudo das bases biológicas da cognição (bases celular e molecular da cognição e neuroanatomia macroscópica e funcional da cognição. Teorias e modelos sobre a memória (memória de curta, média e longa duração). A memória e o cérebro (aprendizagem, amnésia, consolidação da memória, memória e lobos cerebrais) Bases celulares do aprendizado e da memória (sinapses nervosas, potenciação de longa duração, receptor NMDA). Análise da relação existente entre a linguagem e o cérebro. A lateralização, especialização e plasticidade cerebral. Caracterização e intervenção pedagógica dos principais distúrbios fisiológicos da aprendizagem.			

Bibliografia Básica:

BEE, H. **A criança em Desenvolvimento**. 9ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

GAZZANIGA, M. S.; IVRY, R. B.; MANGUN, G. R. 2ª Ed. **Neurociência Cognitiva**: a biologia da mente. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

RELVAS, M. P. **Fundamentos Biológicos da Educação**: despertando inteligências e afetividade no processo da aprendizagem. 3ª ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2008.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, G. P. **Dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita**: método fônico para tratamento. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2009.

JOSÉ, E. A.; COELHO, M. T. **Problemas de Aprendizagem**. 12ª ed. São Paulo: Ática, 2008.

SPENCE, A. P. **Anatomia Humana Básica**. 2ª ed. São Paulo: Manole, 1991.

SMITH, C.; STRICK, L. **Dificuldades de Aprendizagem de A a Z**: um guia completo para pais e educadores. Porto Alegre: Artmed, 2001.

TORTORA, G. J.; GRABOWSKI, S. R. **Corpo Humano**: fundamentos de anatomia e fisiologia. 6ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

Nome e código do componente curricular:		Módulo:	Carga horária:
Prática Reflexiva no Ensino de Língua Portuguesa		III	68 horas
Modalidade	Função:	Natureza:	
Presencial	Básica	Obrigatória	
Pré-requisito:		Módulo de alunos:	
Sem pré-requisito		50	

Ementa:

Estudo teórico-metodológico relativo à língua portuguesa, objeto do processo ensino-aprendizagem na Educação Básica. Análise das questões sócio-históricas e lingüísticas considerando-se os sujeitos nelas referidas.

Bibliografia Básica

CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e Lingüística**. São Paulo: Summus, 2000.

KLEIMAN, Â. (org.). **Os Sentidos do letramento: uma nova sobre a prática social da escrita**. Campinas, SP: Mercado das Letras., 1995.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

Bibliografia Complementar

BRAGGIO, S. L. B. **Leitura e alfabetização**. Da concepção mecanicista à sociopsicolingüística. 3 reimp. Porto Alegre: ARTMED, 2005.

CHIAPINI, L (org.) **Aprender e Ensinar com Textos**: São Paulo: Cortez, 1999(v. 1, 2, 3, 4).

COSTA VAL, M. da G. **Redação e Textualidade**. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

KRAMER, S. **Alfabetização, leitura e escrita**: Formação de Professores em Curso. São Paulo: Ática, 2001.

Nome e código do componente curricular:		Módulo:	Carga horária:
Educação Corporal e Psicomotricidade		III	68 horas
Modalidade	Função:		Natureza:
Presencial	Básica		Obrigatória
Pré-requisito:			Módulo de alunos:
Sem pré-requisito			50
Ementa:			
Itinerários da Psicomotricidade. Psicomotricidade e Educação. A educação corporal como proposta para a promoção da harmonia entre a mente e o corpo. Aspectos sociais, históricos e culturais envolvidos na corporeidade e paradigmas emergentes. O desenvolvimento humano e sua construção identitária a partir da valorização do movimento, da imagem corporal, das emoções, da cognição, da criatividade, da inteligência e das coordenações (grossa e fina), do equilíbrio, da lateralidade, da organização espaço-temporal e da sociabilidade do sujeito. Comunicação não verbal e desenvolvimento psicomotor. A construção da identidade do sujeito e da autonomia pela motricidade e corporeidade. Técnicas de psicomotricidade que ajudam no processo de construção do conhecimento.			

Bibliografia Básica:

CUNHA, M. S. V. e. **Para uma Epistemologia da Motricidade Humana**. 2. Ed. Lisboa: Compendium, 1994.
NICOLA, M. **Psicomotricidade** – Manual Básico. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.
VALENTE, M. C. (Org.). **Pedagogia do movimento**: diferentes concepções. Maceió: EDUFAL, 1999.

Bibliografia Complementar:

FREIRE, J. B. **Educação Física do corpo Inteiro**. Teoria e Prática Educação Física. São Paulo: Scipione, 1998.
GONÇALVES, M. A. S. **Sentir, pensar e agir**: corporeidade e educação. 2ª ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 1997.
GONÇALVES, M. A. Salin. **Sentir, pensar e agir**: corporeidade e educação. São Paulo: Papirus, 1994. Coleção corpo e motricidade.
MOUREIRA, W. W. (Org.) **Corpo presente**. Campinas: Papirus, 1995.
PATLLORI, J. **Jogos para treinar o cérebro**: desenvolvimento de habilidade cognitivas e sociais. Tradução Fina Niguez. Madras, 2001.

Nome e código do componente curricular:		Módulo:	Carga horária:
Educação Especial e Inclusão		III	68 horas
Modalidade	Função:		Natureza:
Presencial	Básica		Obrigatória
Pré-requisito:			Módulo de alunos:
Sem pré-requisito			50
Ementa:			
Estudo crítico da educação especial e inclusiva no contexto brasileiro, destacando aspectos conceituais, filosóficos e políticos para o atendimento de pessoas com necessidades educacionais especiais na perspectiva de uma educação inclusiva. Reflexão sobre a trajetória histórica e legislativa da inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais no sistema educacional no Brasil. Estudo sistemático da legislação brasileira quanto à educação especial e inclusiva e de suas relações com a formação do professor e de uma práxis pedagógica acolhedora das pessoas com deficiências e altas habilidades.			

Bibliografia Básica:

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: SEESP. 2008.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA Editora e Distribuidora Ltda, 2003.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Bibliografia Complementar:

BRASIL, **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1986**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: 1996. Disponível em: www.senado.gov.br. Acesso em 16 agosto 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília. 2001. 79p. Disponível em: www.mec.gov.br/seesp/ftp/diretrizes.pef. Acesso em: 15 janeiro 2002.

_____, MEC. **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental, Educação Especial**. Serie Atualidades Pedagógicas. Secretaria de Educação Especial. SEESP. 1998.

_____, MEC/ Ministério Público Federal.. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular** Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (Organizadores). 2ª ed, rev e atualizado. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. 2004.

EDLER, R. **A Nova LDB e a Educação Especial**. Rio de Janeiro: VWA. 1997.

Nome e código do componente curricular:		Módulo:	Carga horária:
Educação em Ambientes Não-Escolares		IV	68 horas
Modalidade	Função:		Natureza:
Presencial	Básica		Obrigatória
Pré-requisito:			Módulo de alunos:
Sem pré-requisito			50
Ementa:			
O nascer e o alvorecer da Pedagogia. Limites da Pedagogia, Andragogia e Heutagogia. Taxionomia da Educação (formal, informal e não formal). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.393/96) e Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia DCN/CP 15/05/2006. Novos e velhos espaços do fazer pedagógico, vinculados a instituições do Primeiro, Segundo e “Terceiro Setor” da sociedade: escola, ONGs, movimentos sociais, fundações, hospitais, empresas, asilos, museus, bibliotecas e sistema prisional. Abordagens teóricas e Perfil de competências do pedagogo nos diferentes espaços educativos. A prática pedagógica e o domínio metodológico em diferentes espaços. O pedagogo como gestor de pessoas e consultor pedagógico em ambientes não-escolares.			

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, M. G. **Pedagogia Empresarial:** saberes, práticas e reverenciais. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.
GOHN, M. **Educação não formal e cultura política:** impactos sobre o Associativismo do terceiro setor. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2001.
MATOS, E. L. M. **Pedagogia Hospitalar.** Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

Bibliografia Complementar:

BARREIRO, I. M. F; GEBRAN, R. A. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores.** São Paulo: Avercamp, 2006.
DEAQUINO, C. T. Eira. **Como aprender:** andragogia e as habilidades de aprendizagem. 1. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
GRACIANE, M.S. **Pedagogia Social de Rua.** São Paulo: Cortez, 1998.
GOHN, M. G.. **O protagonismo da sociedade civil:** movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.
MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social/:** crítica ao padrão emergente de intervenção social. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Nome e código do componente curricular:		Módulo:	Carga horária:
Trabalho e Educação		IV	68 horas
Modalidade	Função:		Natureza:
Presencial	Básica		Obrigatória
Pré-requisito:			Módulo de alunos:
Sem pré-requisito			50
Ementa:			
Estudo das transformações sócio-políticas, econômicas e culturais no contexto da globalização e da reestruturação produtiva. Análise dos desafios educacionais brasileiros e das exigências no que se refere à qualificação e inserção dos educandos no mundo do trabalho. Abordagem das escolas de pensamento relacionados à categoria trabalho, produção e cultura.			

Bibliografia Básica:

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.
CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.
DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

Bibliografia Complementar:

DEMO, P. **Charme da exclusão social.** Campinas: Autores Associados, 1998.
FRIGOTTO, G. O Trabalho e a Escola Básica: Qual trabalho? In: **Aprendendo, Boletim do Curso de Pedagogia da Universidade Estácio de Sá.** Ano I, num. 2 maio de 2003
GADOTTI, M.; TORRES, C. A. **Estado e educação na América Latina.** Campinas: Papirus, 1992.
SANTOS, J. B. F. dos. **O avesso da maldição do Gênesis:** a saga de quem não tem trabalho. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará, 2000.
SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias: In: FERRETI, C.J. et al (org.) **Novas tecnologias, trabalho e educação:** um debate multidisciplinar. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

Nome e código do componente curricular:		Módulo:	Carga horária:
Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico I		IV	68 horas
Modalidade	Função:		Natureza:
Presencial	Básica		Obrigatória
Pré-requisito:			Módulo de alunos:
Sem pré-requisito			50
Ementa:			
Estudo e análise das matrizes teóricas e das tendências atuais da administração escolar no Brasil; gestão escolar, qualidade do ensino e finalidades da educação; a gestão e o papel da escola; a escola e seu projeto enquanto construção coletiva; a escola como espaço sócio-cultural; as funções dos gestores, supervisores e coordenadores nos processos pedagógicos em espaços escolares; relação escola e comunidade.			

Bibliografia Básica:

LUCE, M. B.; MEDEIROS, I. L. P. de. (org.) **Gestão Escolar Democrática**: concepções e vivências. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.

MACHADO, L. M.; FERREIRA, N. S. C. Ferreira (org.) **Política e gestão da educação**: dois olhares. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

PARO, V. H. **Administração escolar**: introdução crítica. 11. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2002.

Bibliografia Complementar:

LIBANEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar**: Políticas, Estrutura e Organização. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, L. C. **Organização Escolar e Democracia Radical**: Paulo Freire e a Governação Democrática da Escola Pública. 2. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002.

MARTINS, Â. M.; OLIVEIRA, C. de; BUENO, M. S. S. (org.) **Descentralização do Estado e Municipalização do Ensino**: problemas e perspectivas. Rio de Janeiro: PD&A, 2004.

OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, M. R.T. (org.) **Política e Trabalho na Escola**: Administração dos Sistemas Públicos da Educação Básica. 3. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2003.

SILVA, C. S. B. da. **Curso de Pedagogia no Brasil**: história e identidade. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

Nome e código do componente curricular:		Módulo:	Carga horária:
Estágio Supervisionado em Educação		IV	100 horas
Modalidade	Função:		Natureza:
Presencial	Básica		Obrigatória
Pré-requisito:			Módulo de alunos:
Sem pré-requisito			50
Ementa:			
Diagnostica espaços de atuação profissional, caracterizando o contexto e as relações de trabalho nesses espaços. Analisa e reflete a prática docente seja na educação infantil e/ou nas séries iniciais do ensino fundamental por meio de observação direta em salas de aula, em escolas públicas, bem como através da utilização de vídeos, narrativas orais e escritas de alunos e professores, produções de alunos e professores, situações simuladoras e estudos de casos.			

Bibliografia Básica:

BECKER, F. **A epistemologia do professor:** o cotidiano da escola. Petrópolis: Vozes, 1993.

CUNHA, M. I. **O bom professor e sua prática.** Campinas: Papirus, 1996.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Bibliografia Complementar:

RIOS, T. A. **Compreender e ensinar:** por uma docência da melhor qualidade. São Paulo: Cortez, 2001.

NÓVOA, A. **Os professores e sua formação.** Lisboa: Dom Quixote, 1992.

TARDIF, M. **Saberes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002.

VASCONCELOS, C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico:** do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2002.

ZABALA, A. **A prática educativa:** como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Nome e código do componente curricular:		Módulo:	Carga horária:
Prática Reflexiva no Ensino de História		IV	68 horas
Modalidade	Função:	Natureza:	
Presencial	Básica	Obrigatória	
Pré-requisito:		Módulo de alunos:	
Sem pré-requisito		50	
Ementa:			
A história do ensino de história. A história do ensino de história e a construção de identidades - nacionais, locais, mundiais, sociais, étnicas, culturais, políticas. Tendências teórico-metodológicas no ensino de história.· Metodologias de ensino de história presentes na história da educação brasileira· Materiais didáticos utilizados no ensino de história em diferentes contextos e épocas. Estudo da metodologia específica à área na atualidade tendo como referência os Parâmetros Curriculares Nacionais de História e Geografia; o estudo do meio; ensino por temas; utilização de diversas linguagens para o ensino da história nas séries iniciais do ensino fundamental. Seleção dos objetivos e conteúdos que vinculem os conhecimentos de história ao cotidiano do aluno e aos acontecimentos da sociedade.			

Bibliografia Básica:

ABUD, K.M. **Tempo histórico**: conceito fundamental para a aprendizagem de História. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPHU/Humanitas, v.18, n.36, 1998, p.15-38.

BRASIL. Ministério da educação e Cultura. Secretaria do Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais. História e Geografia**. MEC/SEF, 1997.

CALLAI, H. C. & ZARTH, P. A. **O estudo do município e o ensino de História e Geografia**. Ijuí: Editora Ijuí, 1988.

Bibliografia Complementar:

FRANCO, M.L.P.B. **O livro didático de História** - a versão fabricada. São Paulo: Global, 1996.

HORN, Geraldo B.; GERMINARI, Geyso D. **O ensino de história e seu currículo**: teoria e método. Petrópolis: Vozes, 2006.

MOREIRA, Cláudia R. B. S.; VASCONCELOS, José A. **Metodologia do Ensino de História e Geografia**: didática e avaliação da aprendizagem no ensino de história. Curitiba: Ibpex, 2008.

NUNES, C.A. Metodologia de ensino: **Geografia e História**. Belo Horizonte: Lê, 1997.

PENTEADO, Heloísa D. **Metodologia do Ensino de História e Geografia**. São Paulo: Cortez, 1991

Nome e código do componente curricular:		Módulo:	Carga horária:
Prática Reflexiva no Ensino de Geografia		IV	68 horas
Modalidade	Função:	Natureza:	
Presencial	Básica	Obrigatória	
Pré-requisito:		Módulo de alunos:	
Sem pré-requisito		50	
Ementa:			
Estudo de conceitos e importância da Geografia. Análise de correntes do pensamento geográfico. Reflexão sobre os parâmetros curriculares e o ensino da Geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. Geografia política e a importância do olhar sobre o tempo e espaço contemporâneo no ensino fundamental.			

Bibliografia Básica:

PENTEADO, H. D. **Metodologia do ensino da história e da geografia**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.
PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. L.; CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender geografia**. São Paulo: Cortez, 2007.
BRASIL. Ministério da educação e Cultura. Secretaria do Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais. História e Geografia**. MEC/SEF, 1997.

Bibliografia Complementar:

MOREIRA, C. R. B. S.; VASCONCELOS, J. A. **Metodologia do ensino da história e geografia**. Curitiba: Ibpex, 2008.
OLIVEIRA, A. U. de; PONTUSCHKA, N. N. **Geografia em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2002.
OLIVEIRA, A. U. de. **Para onde vai o ensino de geografia?** São Paulo: Contexto, 1994
VESENTINI, J. W. **O ensino de geografia no século XXI**. Campinas: Papirus, 2004.
VESENTINI, J. W (org.). **Geografia e ensino: textos críticos**. Campinas: Papirus, 2003.

Nome e código do componente curricular:		Módulo:	Carga horária:
Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS		IV	68 horas
Modalidade	Função:		Natureza:
Presencial	Básica		Obrigatória
Pré-requisito:			Módulo de alunos:
Sem pré-requisito			50
Ementa:			
Estudo dos princípios, conceitos e fundamentos teórico-práticos da Língua Brasileira de Sinais – Libras, língua oficial da comunidade surda brasileira. Abordagem conceitual e interativa das contribuições da Língua Brasileira de Sinais para a inclusão social dos alunos surdos. Reflexão sobre os fundamentos históricos da educação de surdos bem como da legislação específica e dos aspectos lingüísticos constitutivos da Libras – Língua Brasileira de Sinais.			

Bibliografia Básica:

BOTELHO, P. **Segredos e silêncios na educação dos surdos**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24/04/2002.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22/12/2005.

Bibliografia Complementar:

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira**, Volume I: Sinais de A a L. 3ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FELIPE, T. **LIBRAS em Contexto**: Curso Básico (livro do estudante). 2ª Ed. MEC/SEESP/FNDE. Vol I e II. Kit: livro e fitas de vídeo.

FELIPE, T.; MONTEIRO, M. **LIBRAS em Contexto**: Curso Básico: Livro do Professor. 4.ed. Rio de Janeiro: LIBRAS, 2005.

PIMENTA, N. **Coleção aprendendo LSB**. Rio de Janeiro: Regional, volmes I a III. 2000.

PIMENTA, N. **Coleção aprendendo LSB**. Rio de Janeiro: Regional, volume IV Complementação, 2004.

Nome e código do componente curricular:		Módulo:	Carga horária:
Educação de Jovens, Adultos (e Idosos)		V	68 horas
Modalidade	Função:	Natureza:	
Presencial	Básica	Obrigatória	
Pré-requisito:		Módulo de alunos:	
Sem pré-requisito		50	
Ementa:			
Aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais da Educação de Jovens, Adultos (e Idosos). Aspectos legais: Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.393/96), Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 e Estatuto do Idoso. Políticas Públicas Educacionais de Jovens, Adultos (e Idosos), Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia DCN/CP 15/05/2006. Abordagens teórico-metodológicas para a educação de todas as idades. Paulo Freire, a promoção da conscientização e libertação humana. Gestão do trabalho pedagógico, planejamento e avaliação dialógica na educação de Jovens, Adultos (e Idosos). Leitura de Mundo. Temas Geradores. Perfis do sujeito da modalidade de educação a partir da juventude. A formação do professor que atua na modalidade de Jovens, Adultos (e Idosos). Dificuldades de aprendizagem de Jovens, Adultos (e idosos). Inserção de jovens, adultos e idosos no contexto das Novas TIC's			

Bibliografia Básica:

MAYO, M. A. P. **Gramsci, Freire e a educação de adultos:** possibilidades para uma ação transformadora. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FERNANDES, D. G. **Alfabetização de jovens e adultos:** pontos críticos e desafios. Porto Alegre: Mediação, 2002.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. **Educação de jovens e adultos:** teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.

Bibliografia Complementar:

CISESKI, Â. A. **Educação de jovens e adultos:** planejamento e avaliação. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1999.

FREIRE, P.; HORTON, M. **O caminho se faz caminhando:** conversas sobre educação e mudança social. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. 49. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LEAL, T. F. (Org). **Desafios da educação de jovens e adultos:** construindo práticas de alfabetização. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

PAIVA, V. **História da Educação Popular no Brasil.** Educação Popular e Educação de Adultos. 6. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

Nome e código do componente curricular:		Módulo:	Carga horária:
Educação do Campo		V	68 horas
Modalidade	Função:	Natureza:	
Presencial	Básica	Obrigatória	
Pré-requisito:		Módulo de alunos:	
Sem pré-requisito		50	
Ementa:			
História da Educação no campo no Brasil. Educação Rural X Educação do campo. Bases legais da Educação do campo. Movimentos Sociais e Educação do campo. Experiências alternativas da Educação do campo. Multiseriamento nas escolas do campo. Identidade, cultura e currículo nas Escolas do campo.			

Bibliografia Básica:

BENJAMIM, C., CALDART, R. S. (Org.). **Projeto popular e escolas do campo**. Brasília, DF, Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2000. Coleção Por Uma Educação do Campo, n.º3.
CALDART, R. S. **Pedagogia do movimento Sem Terra**. São Paulo; Expressão Popular, 2004.
CESTILE, J. A., LIMA FILHO, D. L. Educação profissional do campo. **In: Anais do Seminário sobre o Trabalho**. Marília: UNESP, 2008. Disponível em: www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho. Acessado em 17/02/2009.

Bibliografia Complementar:

KOLLING, E. J., NERY, I., MOLINA, M. C. (Orgs.). **Por uma Educação do Campo (Memória)**. Brasília, DF, Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 1999. Coleção Por Uma Educação do Campo, n.1.
KOLLINS, E. J., CERIOLI, P. R., CALDART, R. S. (Orgs.). **Educação do campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, DF, Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, n.º4.
MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. de. (Orgs) **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF, Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004. Coleção Por Uma Educação do Campo, n.º5.
NEVES, L. M. Wanderley (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: Estratégias da Burguesia Brasileira para Educar o Consenso na Atualidade**. Rio de Janeiro, 2005. (Digitado).
SANTOS, C. A. (Org.). **Por uma educação do campo: campo – políticas públicas – educação**. Brasília, DF, Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2008. Coleção Por Uma Educação do Campo, n.º7.

Nome e código do componente curricular:		Módulo:	Carga horária:
Pesquisa em Educação		V	68 horas
Modalidade	Função:		Natureza:
Presencial	Básica		Obrigatória
Pré-requisito:			Módulo de alunos:
Introdução aos Estudos Acadêmicos			50
Ementa:			
Introdução aos aspectos teórico-metodológicos na pesquisa educacional. A construção do projeto de pesquisa e abordagens qualitativas em educação. Pesquisa educacional: dimensões histórico-crítica e epistemológicas. Paradigmas contemporâneos, métodos e técnicas da pesquisa em educação; elaboração, acompanhamento e socialização de projetos de pesquisa.			

Bibliografia Básica:

ANDRÉ, M.E.D.A.; LÜDKE, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Eds.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.
LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

Bibliografia Complementar:

ECO, U. **Como se faz uma tese**. 18. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.
GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
MOURA, L. S.; FERREIRA, M. C.; PAINE, P. A. **Manual de elaboração de projeto de pesquisa**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.
GRESSLER, L. A. **Pesquisa educacional**: importância, modelos, validade, variáveis, Hipóteses, amostragem. São Paulo, SP: Loyola, 1999
LUNA, Sérgio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução; elementos para uma análise metodológica. São Paulo, SP: EDUC, 2002.

Nome e código do componente curricular:		Módulo:	Carga horária:
Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico II		V	68 horas
Modalidade	Função:	Natureza:	
Presencial	Básica	Obrigatória	
Pré-requisito:		Módulo de alunos:	
Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico I		50	
Ementa: Pressuposto teórico-metodológico sobre planejamento da gestão e organização do trabalho pedagógico; ações e órgãos colegiados na instituição escolar; avaliação institucional e Conselhos de Classe; A coordenação pedagógica e sua função na gestão e organização do trabalho pedagógico.			

Bibliografia Básica:

ANTUNES, Â. **Aceita um Conselho?** Como organizar o Colegiado Escolar (guia da Escola Cidadã, v. 8) São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002.
GANDIN, D.; GANDIN, L. A. **Temas para um Projeto Político Pedagógico.** 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
VASCONCELOS, C.S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico:** do Projeto Político Pedagógico ao Cotidiano da Sala de Aula. São Paulo: Libertard, 2002.

Bibliografia Complementar:

DALMAS, Â. **Planejamento Participativo na escola:** elaboração, acompanhamento e avaliação. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
DEMO, P. **Participação é Conquista:** noções de política social participativa. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
FERREIRA, N. S. C. (org.) **Gestão Democrática da Educação:** atuais tendências, novos desafios. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
LUCK, H. et.al. **A escola Participativa:** o trabalho de gestor escolar. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
LUCK, H. **Ação Integrada:** administração, supervisão e orientação educacional. 21.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

Nome e código do componente curricular:		Módulo:	Carga horária:
Estágio Supervisionado em Ambientes Escolares		V	100 horas
Modalidade	Função:	Natureza:	
Presencial	Básica	Obrigatória	
Pré-requisito:		Módulo de alunos:	
Estágio Supervisionado em Educação		50	
Ementa:			
Elabora e executa propostas de intervenção na forma de regência na educação infantil ou nas séries iniciais do Ensino Fundamental em escolas públicas. Avalia coletivamente as experiências vivenciadas pelos alunos durante sua atuação docente nos diversos contextos sócio-educacionais.			

Bibliografia Básica:

BRASIL. **Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. MEC. Brasília, 1998.
CASTRO, A. D. de.; CARVALHO, A. M. P. de. **Ensinar a Ensinar**: didática para a escola fundamental e média. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (org.) **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.

Bibliografia Complementar:

GOULART, C. Processos de letramento na infância: aspecto da complexidade de processos de ensino-aprendizagem da língua escrita. In. SCHOLZE, Lia. ROSING, Tânia M. K. (orgs). **Teorias e práticas de letramentos**. Brasília: INEP, 2007.
LOPES, A. C. T. O registro da prática docente: instrumento de formação e transformação. In: **Revista de educação CEAP**. Ano XI nº 40. Março – Maio, 2001. P. 26 – 32.
PICONEZ, S. C. B. (Coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. Campinas, SP: Papirus, 1991.
TARDIF, M. **Saberes docentes e formação de profissionais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998

Nome e código do componente curricular:		Módulo:	Carga horária:
Saúde, Meio Ambiente e Educação		V	68 horas
Modalidade	Função:	Natureza:	
Presencial	Básica	Obrigatória	
Pré-requisito:		Módulo de alunos:	
Sem pré-requisito		50	
Ementa:			
Saúde do educador e do educando. Nutrição equilibrada e carências nutricionais. Noções de primeiros socorros. Índices de desenvolvimento humano e indicadores de saúde pública. Vigilância sanitária: proteção e defesa da saúde. Saúde ambiental: saneamento básico, doenças endêmicas, doenças emergentes. A questão ambiental e a educação. Princípios e objetivos da Educação Ambiental. A educação como fator de defesa do patrimônio natural/cultural. Desenvolvimento sustentado e planejamento ambiental. Conservação e valorização ambiental. Elaboração de materiais didáticos para o ensino deste conteúdo para crianças da educação infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental.			

Bibliografia Básica:

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente e Saúde**. Brasília: MEC/SEF. 1997.

CUNA, A. M. O. **Educação e saúde**: um estudo das explicações de crianças, adolescentes e adultos para doenças infecciosas. São Paulo: EDUSP, 1993.

NIGRO CONCEIÇÃO, J. A. **Saúde escolar**: a criança, a vida e a escola. São Paulo: Sarvier, 1994.

Bibliografia Complementar:

GIBNEY, M.J. **Nutrição e metabolismo**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

HINRICHSEN, S. L. **Doenças infecciosas e parasitárias**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

MEDINA, N.M.; SANTOS, E.C. **Educação ambiental**: uma metodologia participativa de formação. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MILLER JR., G.T. **Ciência ambiental**. 11ª Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

PEDRINI, A.G. (Org.). **Educação ambiental**: reflexões e práticas contemporâneas. São Paulo: Vozes, 2002.

Nome e código do componente curricular:		Módulo:	Carga horária:
História e Cultura Afro-brasileira e Indígena		VI	68 horas
Modalidade	Função:		Natureza:
Presencial	Básica		Obrigatória
Pré-requisito:			Módulo de alunos:
Sem pré-requisito			50
Ementa:			
Compreender a sociedade como constituída de identidades plurais com base na diversidade de raças, gênero, classe social, padrões culturais e lingüísticos, habilidades e outros marcadores identitários. Destacar o conhecimento da história da África, da afrodescendência brasileira e da cultura indígena visando atender as leis do ensino 10639/2003 e 11645/2008. A Educação das relações Étnico-Raciais. História e Cultura Africana e Afro-brasileira. Racismo Estrutural no Brasil. Ideologia da Democracia Racial. Negritude e Escola. Cultura Negra e Educação Brasileira. Educação Indígena, políticas públicas e o Estado Brasileiro. Educação Superior Indígena. Política educacional Indígena. Educação escolar indígena e movimentos sociais, organizações e instituições. O índio e a cidadania.			

Bibliografia Básica:

CANCLINI, N.G. **Culturas híbridas**. São Paulo: EDUSP, 1998.
CANEN, A., MOREIRA, A. F. B. (orgs.). **Ênfases e omissões no currículo**. São Paulo: Papirus, 2001.
SILVA, A. L.; FERREIRA, M. K. L. (orgs.) **Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola**. São Paulo: Global, 2001.

Bibliografia Complementar:

GILROY, P. **O Atlântico negro**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.
RODRIGUES, R. N. **Os africanos no Brasil**. 5ª Ed. São Paulo: Nacional, 1977. (Coleção Brasileira, 9).
GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
GIORDANI, M. C. **História da África**. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
GRUPIONI, L.D. **As leis e a educação escolar indígena**: Programa Parâmetros em ação de Educação escolar Indígena. Brasília: MEC/SEF, 2001.

Nome e código do componente curricular:		Módulo:	Carga horária:
Aspectos Básicos da Psicopedagogia		VI	68 horas
Modalidade	Função:	Natureza:	
Presencial	Básica	Obrigatória	
Pré-requisito:		Módulo de alunos:	
Sem pré-requisito		50	
Ementa:			
Breve histórico da Psicopedagogia e seu objeto de estudo. As dimensões do sujeito cognoscente. O normal e o patológico no campo da aprendizagem humana. Definindo conceitos e características dos distúrbios, transtornos e dificuldades/problemas de aprendizagem. Campos de atuação da Psicopedagogia. Correntes teóricas da Psicopedagogia. Avaliação diagnóstica e intervenção psicopedagógica. Aspectos psicossociais decorrentes das dificuldades de aprendizagem. Estudos de casos psicopedagógicos. O papel do professor na questão das dificuldades de aprendizagem. A relação professor-escola-família-sujeito. Prognóstico das dificuldades de aprendizagem.			

Bibliografia Básica:

DROUET, R. C. da Rocha. **Distúrbios de aprendizagem**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006.
JOSÉ, E.; COELHO, M. T. **Problemas de aprendizagem**. 12. ed. São Paulo: Ática, 2001.
BOSSA, N. A. **A psicopedagogia no Brasil**: contribuições a partir da prática. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Bibliografia Complementar:

PORTO, O. **Psicopedagogia hospitalar**: intermediando a humanização da saúde. Rio de Janeiro: WAK, 2008.
GARCÍA SÁNCHEZ, Jesús-Nicasio. **Dificuldades de aprendizagem e intervenção psicopedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
FERNÁNDEZ, A. **A inteligência aprisionada**: abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família. Porto Alegre: Artmed, 1991.
MOTA, M.; PAIVA, M. das G.; TRINDADE, V. (Org.) **Tendências contemporâneas em Psicopedagogia**, Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
VISCA, J. **Clinica psicopedagógica**: epistemologia convergente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

Nome e código do componente curricular:		Módulo:	Carga horária:
Estágio Supervisionado em Ambientes Não-escolares		VI	100 horas
Modalidade	Função:		Natureza:
Presencial	Básica		Obrigatória
Pré-requisito:			Módulo de alunos:
Estágio Supervisionado em Educação e Estágio Supervisionado em Ambientes Escolares			50
Ementa:			
Elabora e executa propostas de intervenção na forma de oficinas em espaços não-escolares tais como ONG's, Associações, Fundações, Hospitais, Igrejas etc. Avalia coletivamente as experiências vivenciadas pelos alunos durante sua atuação docente nos diversos contextos sócio-educacionais.			

Bibliografia Básica:

GOHN, M. da G. **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 2005.
IMBERT, F. **Para uma práxis pedagógica**. Trad. de Rogério Andrade Córdova. Brasília: Plano Editora, 2003.
PIMENTA, S. G. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

Bibliografia Complementar:

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007
PICONEZ, S. C. B. (Coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. Campinas, SP: Papirus, 1991.
TARDIF, M. **Saberes docentes e formação de profissionais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **O que é planejar?** Brasília: Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – Curso de Pedagogia para Professores em Exercício no Início de Escolarização (PIE). Módulo VI, Vol. I. 2003.
ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

Nome e código do componente curricular:		Módulo:	Carga horária:
Gênero, Sexualidade e Diversidade na Educação		VI	68 horas
Modalidade	Função:		Natureza:
Presencial	Básica		Obrigatória
Pré-requisito:			Módulo de alunos:
Sem pré-requisito			50
Ementa:			
Introdução aos estudos das diversidades, gênero e sexualidade como construções histórico-sociais e suas relações com o corpo e a prática educativa. A formação de professores para a abordagem da diversidade na educação escolar numa perspectiva inclusiva.			

Bibliografia Básica:

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação**: Uma Perspectiva Pós- Estruturalista. Petrópolis, Vozes, 1997.
PEREIRA, M. E. et. al. **Gênero e Diversidade na Escola**. Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Rio de Janeiro: CEPESC, 2007.
BOZON, M. **Sociologia da Sexualidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

Bibliografia Complementar:

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
CONNEL, R. Políticas da Masculinidade. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206. jul./dez., 1995.
FACCIOLI, A. C.; RIBEIRO, C. **Sexualidade(s) e Infância(s)**. São Paulo: Moderna, 2000.
HEILBORN, M. L. (Org.), **Família e Sexualidade**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
FINCO, D. A Educação dos Corpos Femininos e Masculinos na Educação Infantil. In: FARIA, A. L. F. de (Org.) **O Coletivo Infantil em Creches e Pré-Escolas**. Falares e Saberes. São Paulo: Cortez, 2007.

Nome e código do componente curricular:		Módulo:	Carga horária:
Trabalho de Conclusão de Curso		VI	68 horas
Modalidade	Função:		Natureza:
Presencial	Básica		Obrigatória
Pré-requisito:			Módulo de alunos:
Introdução aos Estudos Acadêmicos e Pesquisa em Educação			50
Ementa:			
Orientação para a elaboração do trabalho de conclusão de curso: elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. A escrita do trabalho monográfico. Defesa do trabalho de conclusão de curso.			

Bibliografia Básica:

ECO, U. **Como se faz uma tese**. 20. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
DEMO, P. **Pesquisa**: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 2006.
SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Bibliografia Complementar:

DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. 7. Ed. Campinas: Autores Associados, 2005.
DEMO, P. **Metodologia da Investigação em Educação**. Curitiba: Ibepex, 2005.
MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.
OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monográficas, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.
SANTOS, I. E. dos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Científica**. 5. Ed. Niterói: Impetus, 2005.

Nome e código do componente curricular:		Módulo:	Carga horária:
Arte, Educação e Ludologia		VI	68 horas
Modalidade	Função:		Natureza:
Presencial	Básica		Obrigatória
Pré-requisito:			Módulo de alunos:
Sem pré-requisito			50
Ementa:			
A arte como objeto de conhecimento; as contribuições da arte e da ludicidade na formação e na prática docente; saberes da docência em arte-educação: o saber ser, o saber fazer e o saber sensível; a dimensão estética na formação e na pratica docente; pratica docente e criatividade; a ludicidade como pratica cultural; o lúdico como fonte de compreensão do mundo e seu papel na educação.			

Bibliografia:

Básica

ABERASTURY, Arminda. **A criança e seus jogos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

BARBOSA, Ana Mae. **Arte-educação no Brasil**. São Paulo: ed. Perspectiva, 1979.

CAVALCANTI, Zélia. **Arte na sala de aula**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

Complementar

BENJAMIN, Walter. **Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação**. São Paulo: Summus, 1984.

LEBOULCH, J. **O desenvolvimento psicomotor do nascimento até os 6 anos**. 7. ed.- Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

REDIM, Euclides. **O Espaço e o Tempo da Criança: se der tempo a gente brinca**. 3. ed.- Porto Alegre: Mediação, 2000.

ROSSI, Maria Helena Wagner. **Imagens que falam: leitura da arte na escola**. Porto Alegre: Artes Mediação, 2003.

Os docentes que atuarão no Curso de Licenciatura em Pedagogia serão preferencialmente aqueles que compõem o quadro de docentes da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Porém, caso seja necessário, profissionais de outras Instituições de Ensino Superior poderão ser selecionados para atuar como docentes na Licenciatura em Pedagogia. Ministrarão aulas neste curso os profissionais que tenham compromisso com a formação integral, crítica e reflexiva dos discentes, competência teórica e prática nas disciplinas que ministram, demonstrem interesse pela atualização de informações, estejam abertos às inovações pedagógicas e tecnológicas, saibam trabalhar em grupo, aceitem a avaliação institucional e a auto-avaliação como práticas pedagógicas de crescimento profissional.

A UFRB possui uma infra-estrutura multicampi, distribuída em quatro cidades do Recôncavo da Bahia. Em todos os campi existe serviço de vigilância terceirizado. Os espaços físicos são adequados, contando com instalações bem projetadas e que oferecem ótimas condições de iluminação, ventilação, acústica e limpeza. As instalações recebem manutenção periodicamente, caracterizando um ambiente de trabalho funcional que atende às exigências para uma instituição de ensino superior.

O Curso de Licenciatura em Pedagogia será ofertado pela UFRB, que lhe supre com recursos de pessoal e material e conta com o apoio do Centro de Formação de Professores (CFP), do Centro de Ciências Agrárias e Biológicas (CCAB) e do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC). Para o funcionamento do curso estes dispõe de:

1. Pavilhão de Aulas (PA) com salas disponíveis para até 50 alunos, sendo que no CCAB há 15 salas que comportam 70 pessoas, para o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas, todas equipadas com multimídias e salas de informática em cada um dos PA equipadas com computadores;

2. Biblioteca Central, que possui o acervo necessário para o desenvolvimento dos estudos acadêmicos.

3. Bibliotecas Setoriais (CFP).

A política de incremento do acervo da UFRB estará em consonância com a proposta pedagógica o que garantirá toda a bibliografia básica. A política de atualização e renovação permanente da Biblioteca Central tem como objetivo mantê-la em consonância com os avanços científicos e fornecer uma nova dinâmica ao processo ensino-aprendizagem. São observados na seleção dos materiais do acervo dois critérios: o da demanda e o técnico. O critério da demanda se faz através da análise estatística do uso do material bibliográfico. O critério técnico atende as condições seguintes: adquirir toda a bibliografia básica indicada nos Planos de Ensino de todas as disciplinas, limitar a aquisição das obras estrangeiras a dois exemplares por título, exceto quando essa estiver indicada na bibliografia básica; adquirir um volume para cada título dos materiais não convencionais, Cd Rom, fitas de vídeo, diapositivos e periódicos; interagir o usuário, objetivando conhecer suas necessidade; adequar o acervo com qualidade, atualidade e confiabilidade das informações; estabelecer convênios de cooperação com outras instituições e bibliotecas.

**AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROJETO
PEDAGÓGICO E DA APRENDIZAGEM DO DISCENTE**

**Formulário
Nº13**

Considerando que o acompanhamento e a avaliação de um projeto pedagógico devem ser realizados pelos sujeitos que o vivenciaram, ou seja, coordenação, docentes e discentes, propomos que a mesma seja conduzida conforme o texto a seguir.

A proposta é que, ao final de cada módulo, sejam organizados eventos cuja pauta dos debates seja Universidade, Educação e Sociedade, assegurando uma discussão mobilizadora em torno das questões comuns ao currículo proposto, bem como, as demais temáticas que lhes são transversais. Desta forma, será garantida a organização de atividades complementares (a serem definidas pelos docentes dos respectivos componentes curriculares) e, ao mesmo tempo, a apreciação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

A Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia, juntamente com a direção do Centro de Formação de Professores, poderá instituir, se assim achar oportuno, uma comissão para acompanhar, monitorar e avaliar o curso cujo objetivo deverá ser também garantir aos seus egressos o domínio das competências e habilidades estabelecidas neste documento. Esta comissão elaborará instrumentos para avaliação do PPC que deverá ser previamente aprovado em reunião no Centro de Formação de Professores, centro ao qual o Curso de Licenciatura em Pedagogia está vinculado.

Neste instrumento de avaliação deverão ser considerados itens como: implementação financeira do projeto, condições estruturais da relação ensino-aprendizagem tanto na perspectiva dos docentes como dos discentes, dados relativos à evasão, ao desempenho dos alunos nas disciplinas, à taxa de sucesso escolar, etc. Aqui se entende que discutir a avaliação da proposta curricular está intrinsecamente ligado à discussão da avaliação como proposta de produção de conhecimento e ensino aprendizagem, valorizando assim a avaliação qualitativa e não quantitativa já que esta última muitas vezes esconde as dificuldades estruturais próprias de curso de licenciatura neste contexto.

A avaliação da aprendizagem do discente será realizada de acordo com o CAPÍTULO V da RESOLUÇÃO CONAC No 09/08 que dispõe sobre o Regulamento do Ensino de Graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

No que tange a avaliação do ensino-aprendizagem, entende-se, como o processo de apreciação e julgamento do rendimento acadêmico dos alunos, com o objetivo de diagnóstico, acompanhamento e melhoria do processo ensino-aprendizagem, bem como com a finalidade de habilitação do aluno em cada componente curricular. Não tendo como objetivo precípuo a punição.

A avaliação deve estar articulada coerentemente com os objetivos estabelecidos no projeto e visa, também, diagnosticar possíveis imprecisões ou mesmo estabelecer adequações às mudanças que venham a ocorrer durante o percurso. Sendo assim, a avaliação deve ser: contínua, formativa e personalizada, estabelecendo-se no conjunto de ações como um elemento do processo de ensino-aprendizagem, o qual nos permite conhecer o resultado de nossas ações didáticas e, por conseguinte, melhorá-las. Deste modo, a avaliação de aprendizagem far-se-á por período letivo, modular, compreendendo:

- a apuração das frequências às aulas, atividades e aos trabalhos escolares;
- a atribuição de notas aos alunos em avaliações parciais através de trabalhos escolares e no exame final quando for o caso.

As avaliações de aprendizagem através de trabalhos escolares e do exame final serão expressas sob a forma de notas numéricas, até uma casa decimal, obedecendo a uma escala de zero (0) a dez (10), sendo que a metodologia de avaliação da aprendizagem será definida pelo professor ou grupo de professores de cada componente curricular no respectivo plano de curso, aprovado pelo colegiado do curso. O aluno que faltar ou não executar trabalho escolar terá direito à segunda chamada, se a requerer ao professor responsável pela disciplina, que deverá dar conhecimento ao colegiado do curso para registro, até dois dias úteis após a sua realização, comprovando-se uma das seguintes situações:

- direito assegurado por legislação específica;
- motivo de saúde comprovado por atestado médico;
- razão de força maior, a critério do professor responsável pela disciplina.

A falta à segunda chamada implicará na manutenção automática e definitiva da nota zero (0). A avaliação da aprendizagem em segunda chamada será feita pelo próprio professor da turma, em horário por este designado, com, pelo menos, três (3) dias de antecedência, consistindo na execução de trabalhos similares àqueles aplicados na primeira chamada.

O estudante deverá atingir média igual ou superior a sete em cada disciplina para ser considerado aprovado. Caso não obtenha, poderá se submeter ao exame final, que constará de prova escrita e/ou prática e/ou oral, versando sobre assunto da matéria lecionada no período, sendo que este exame deverá realizar-se, no mínimo, uma semana após o encerramento da disciplina.

A nota final do aluno, em cada componente curricular, será determinada pela media aritmética ponderada dos dois valores seguintes:

- média aritmética simples, sem aproximação, dos valores das notas obtidas pelo aluno nas avaliações parciais de aprendizagem, com peso seis (6);

- nota obtida no exame final, com peso quatro (4).

Será considerado **inabilitado** ou **reprovado**, em cada componente curricular, o aluno que alternativa ou cumulativamente:

I – deixar de cumprir a frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) às aulas e às demais atividades escolares de cada componente curricular, ficando, conseqüentemente, vedada a realização das avaliações subseqüentes ao estudante que tenha faltado mais de 25% da carga horária do componente curricular;

II – não obtiver nota igual ou superior a um vírgula sete (1,7) resultante da média das avaliações parciais de cada componente curricular, ficando conseqüentemente vedada a prestação do exame final;

III – não obtiver nota final igual ou superior a cinco (5), sem aproximação, resultante da média das avaliações parciais e do exame final de cada componente curricular.

Caso o estudante seja considerado reprovado em algum componente curricular, ele deverá se submeter aos estudos complementares, que consistirão de avaliações, utilizando, preferencialmente, uma abordagem diferente daquela aplicada anteriormente. Estas avaliações serão aplicadas no módulo seguinte ao da reprovação, cabendo à coordenação fixar datas e designar um professor para aplicação das avaliações dos estudantes. Ressalte-se que estas avaliações estão submetidas às mesmas regras descritas para as avaliações de aprendizagem. Caso o estudante seja reprovado nos estudos complementares este será desligado do curso.

Os trabalhos escolares aos quais sejam atribuídas notas, para fins de aprovação ou reprovação dos alunos, deverão ser marcados com pelo menos uma semana de antecedência e, preferencialmente, figurar no plano de curso do componente curricular, respeitados os dias e horários destinados ao ensino do mesmo.

Os casos omissos neste projeto serão resolvidos pela Câmara de Ensino de Graduação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Formulário
Nº 14

CRAIDE, S. Haddad defende revisão das metas do IDEB para escolas e redes de ensino. Disponível em < <http://educacao.uol.com.br/ultnot/2010/07/01/haddad-defende-revisao-das-metas-do-ideb-para-escolas-e-redes-de-ensino.jhtm> >. Acesso em 03 de agosto de 2010.

DIAS, R. E.; LOPES, A. C. Competências na formação de professores no Brasil: o que (não) há de novo. **Educ. Soc.**, Dez 2003, vol.24, no.85, p.1155-1177.

GOHN, M. G. Educação Não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jun.-mar. 2006.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos para quê**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MAUÉS, O. C. Reformas internacionais da educação e formação de professores. **Cad. Pesqui.**, Mar 2003, no.118, p.89-118.

MARCELO, C. A Identidade docente: constantes e desafios. **Revista Formação Docente**. Belo Horizonte, v. 01, n. 01, ago./dez. 2009, (p. 109-131).

ANEXOS